



Guia do SAICM para as ONGs

Enfoque Estratégico para o
Gerenciamento Internacional
das Substâncias Químicas

Um Marco de Ação para Proteger a
Saúde Humana e o Meio Ambiente das
Substâncias Químicas Tóxicas

Jack Weinberg
Consultor Sênior
Rede Internacional de Eliminação dos POPs (IPEN)

IPEN juntamente com seus associados do Comitê de Campanha agradece o apoio financeiro da União Européia, do Instituto das Nações Unidas para a Formação Profissional e a Pesquisa (UNITAR), dos governos da Suécia e do Canadá e outros doadores, por tornarem possível essa campanha e essa publicação.

Supervisão da Publicação Brasileira
APROMAC – Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte
www.apromac.org.br

Apoio
Rede Internacional de Eliminação dos Poluentes Orgânicos Persistentes - IPEN

Coordenação do Projeto e Tradução
Zuleica Nycz
Revisão
Yasmin Tamara Jucksch.
Adaptação do desenho gráfico original
Rodrigo Sundin do Lago

Impresso em Curitiba, Estado do Paraná, Brasil, em fevereiro de 2009

Esta publicação só pode ser reproduzida para fins não comerciais
e com a autorização da rede IPEN: ipen@ipen.org

Apresentação da edição brasileira

É por acreditarmos no importante papel da Sociedade Civil Organizada na formação das políticas públicas voltadas para a proteção da saúde e do meio ambiente, que nos sentimos honrados em oferecer-lhes a tradução brasileira do Guia do SAICM, convictos de que esta é uma importante ferramenta de consulta para o trabalho das ONGs, grupos de trabalhadores, associações médicas, grupos comunitários de base e outras organizações da sociedade civil que atuam em prol da segurança química em todo o mundo.

A sociedade brasileira, tal como acontece na maioria dos países em todo o mundo, convive diariamente com o manuseio de produtos e substâncias químicas tóxicas sem ter o completo acesso às informações sobre seus riscos. O nível de exposição a substâncias químicas que a sociedade contemporânea está exposta não tem precedentes na história da humanidade.

A situação mundial é alarmante: atualmente, cerca de 100.000 substâncias químicas simples ou compostas têm uso comercial em todo o mundo, sendo que a cada ano até 2.000 novas substâncias são colocadas no mercado, alimentando uma produção anual de cerca de 400 milhões de toneladas com a possibilidade de dobrar até 2020, conforme dados do Programa Internacional de Segurança Química da OMS (2000).

O Brasil abriga a maior indústria química do hemisfério sul e uma das 10 maiores indústrias químicas do mundo. Sabemos muito pouco sobre o potencial tóxico da grande maioria das substâncias produzidas e do seu comportamento durante o seu ciclo de vida no meio ambiente, e menos ainda sobre seus efeitos no organismo humano e ecossistemas. Daí porque ser de extrema importância que a população tenha acesso à informação integral e de qualidade sobre os riscos a que está exposta para que possa avaliar as medidas que deve tomar para se proteger. Afinal, é amplamente conhecido que as atividades agrícolas são pressionadas para utilizarem adubação química produzida a partir de micronutrientes tóxicos, assim como quantidades crescentes de pesticidas que contaminam o solo, os lençóis freáticos e os aquíferos, deixando também um residual de contaminação preocupante nos alimentos. Além dos alimentos de origem vegetal contaminados, a população também consome alimentos de origem animal contaminados por substâncias químicas tóxicas e toda sorte de conservantes, acidulantes, aromatizantes e estabilizantes que são adicionados aos produtos industrializados em geral. E soma-se a isso o abastecimento de água de

duvidosa qualidade e a poluição do ar causada pelas emissões tóxicas de processos industriais, queima e/ou incineração de resíduos, combustíveis fósseis e outras fontes.

O modelo de desenvolvimento adotado na maioria dos países, tal como o nosso, ainda se caracteriza pela “produção suja” baseada em tecnologias e processos obsoletos, poluentes e eletro-intensivos. Esse modelo não internaliza o conceito da capacidade de suporte do meio ambiente, de modo que os licenciamentos de novas atividades poluentes são dados indiscriminadamente em locais muito saturados pelas atividades já existentes, assim como privilegia o incentivo irresponsável do consumismo, entre tantas outras características ecocidas: trata-se de um modelo basicamente dependente de quantidades sempre maiores de energia e matérias-primas que requerem a exploração intensiva dos recursos naturais, que considera a contaminação química ambiental e os danos a saúde pública como meras externalidades do processo e que não se preocupa com a sobrevivência das gerações futuras.

Na encruzilhada em que se encontra a humanidade, num ambiente cujo solo, ar e águas foram violados pela poluição e contaminação química, maiores são as dificuldades de encontrar um ambiente sadio para o desenvolvimento, sobrevivência e perpetuação dos seres vivos que habitam este planeta.

É preciso que as autoridades dêem respostas imediatas a essa situação, pois a pouca atenção que tem sido dada aos impactos ambientais e à saúde humana causados pelas substâncias químicas faz aumentar rápida e exponencialmente o grau de exposição e o risco da contaminação química tóxica.

Para a sociedade ter essas respostas é necessário que exija maior controle público sobre as substâncias químicas e o estabelecimento de rigorosas avaliações toxicológicas antes que essas substâncias possam ser colocadas no mercado à disposição da população, bem como é também preciso responsabilizar o produtor pela informação que deve ser dada à população e pelo acompanhamento de todo o ciclo de vida de seu produto. Além disso, é urgente implementar campanhas regulares e consistentes de conscientização pública que forneçam informações seguras para a proteção dos ecossistemas e da saúde pública quanto aos riscos e danos da exposição a essas substâncias, e com isso avançar no objetivo de elaborar e implementar

efetivamente o Plano de Implementação do SAICM no Brasil e garantir um futuro comum livre de substâncias químicas tóxicas para toda a população.

Nesse cenário crítico a sociedade civil organizada brasileira pode colaborar muito com a efetivação do SAICM no Brasil, exigindo a elaboração do Plano Nacional de Implementação e o estímulo a novas legislações e políticas regionais e locais em torno da segurança química que considerem todo o ciclo de vida de produtos e substâncias químicas. O alcance global e o ambicioso plano do SAICM de uma boa gestão de substâncias químicas e um futuro livre de tóxicos até o ano de 2020 nos motivam a prosseguir trabalhando para alcançarmos esses objetivos.

Jeffer Castelo Branco

ACPO – Associação de
Combate aos Poluentes

www.acpo.org.br

Zuleica Nycz

APROMAC – Associação de
Proteção ao Meio Ambiente

www.apromac.org.br

Lista de Siglas

BAN	Rede de Ação da Basiléia
BAT	Melhores Técnicas Disponíveis
BEP	Melhores Práticas Ambientais
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FISQ	Fórum Intergovernamental de Segurança Química
GAIA	Aliança Global para Alternativas à Incineração
GEF	Fundo para o Meio Ambiente Global (Global Environment Fund)
GHS	Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Substâncias Químicas
GPA	Plano Global de Ação
HCWH	Rede Saúde Sem Dano (Heath Care Without Harm)
ICCM	Conferência Internacional sobre Gerenciamento Químico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
IOMC	Programa Inter-Organizacional para o Gerenciamento Racional de Substâncias Químicas
IPEN	Rede Internacional de Eliminação dos POPs (Poluentes Orgânicos Persistentes)
ISDE	Sociedade Internacional de Médicos para o Meio Ambiente
MDG	Metas de Desenvolvimento do Milênio
OECD	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
OSC	Organização da Sociedade Civil
PAN	Rede de Ação em Pesticidas (Pesticide Action Network)
PBT	Substância Persistente Bio-acumulativa e Tóxica
PCB	Bifenilas Policloradas
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
POP	Poluente Orgânico Persistente
PRTR	Registro de Emissão e Transferência de Poluentes
REACH	Registro, Avaliação, Autorização e Restrição de Produtos Químicos
SAICM	Enfoque Estratégico para o Gerenciamento Internacional de Produtos Químicos
UE	União Européia
UNDP	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNIDO	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
UNITAR	Instituto das Nações Unidas para Formação Profissional e Pesquisa
WECF	Mulheres da Europa por um Futuro Comum
WFPHA	Federação Mundial das Associações de Saúde Pública
WSSD	Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável

Índice

1. Prólogo	7
2. Introdução ao Enfoque Estratégico para o Gerenciamento Internacional de Produtos Químicos	9
2.1. Um compromisso para alcançar a Segurança Química	10
2.2. O SAICM é uma ferramenta útil	11
3. Antecedentes do SAICM: Breve história das substâncias químicas tóxicas e dos esforços para controlá-las	11
3.1. O DDT e a Primavera Silenciosa	12
3.2. Os PCBs.....	12
3.3. O mercúrio e o chumbo	13
3.4. A primeira geração de regulamentações para o controle das substâncias químicas	14
3.5. A preocupação aumenta	15
3.6. Substâncias químicas tóxicas nos produtos	16
3.7. A Convenção da Basileia	17
3.8. A Cúpula da Terra do Rio e o IFCS.....	17
3.9. As Convenções de Estocolmo e de Roterdã	18
3.10. O Código de Conduta da FAO	19
3.11. O Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulação de Produtos Químicos	19
3.12. As Convenções e os Programas Internacionais relacionados com Substâncias Químicas abrem o caminho para o SAICM.....	20
3.13. O crescimento das redes internacionais de ONGs.....	20
3.14. A Comissão OSPAR	21
3.15. Registro, Avaliação, Autorização e Restrição de Produtos Químicos	22
3.16. A Lei de Proteção Ambiental do Canadá.....	23
3.17. O Enfoque Estratégico	23
4. O que é SAICM: Uma descrição mais detalhada	24
4.1. O alcance do SAICM.....	25
4.2. Objetivos do SAICM	26
4.3. Objetivos de Redução de Risco do SAICM	26
4.4. Objetivos do SAICM relacionados ao conhecimento e à informação.....	27

4.5.	Objetivos de governança do SAICM	28
4.6.	Objetivos de capacitação do SAICM	29
4.7.	Objetivos do SAICM sobre o tráfico ilegal internacional.....	29
4.8.	Considerações financeiras do SAICM	30
4.9.	Implementação do SAICM e avaliação dos avanços	31
4.10.	Plano de Ação Global do SAICM	32
4.11.	O SAICM como uma ferramenta para a ação	34
5.	Como a sociedade civil pode usar o SAICM e contribuir para a sua implementação	35
5.1.	A sociedade civil já está contribuindo para a implementação do SAICM	35
5.1.1.	Políticas e práticas relacionadas com as substâncias químicas	35
5.1.2.	Pesticidas	36
5.1.3.	Tratados internacionais	36
5.1.4.	Bio-monitoramento.....	37
5.1.5.	Saúde infantil	37
5.1.6.	Eliminação de resíduos	37
5.1.7.	Saúde ocupacional	38
5.2.	O SAICM contribui para fortalecer os esforços das ONGs	38
5.3.	Legislação e regulamentos nacionais.....	39
5.4.	A legislação europeia do REACH	39
5.5.	Princípios nos quais o REACH se baseia.....	40
6.	Assistência técnica e financeira para implementar o SAICM	42
6.1.	Segurança Química e Desenvolvimento Sustentável.....	42
6.2.	Os esforços das ONGs.....	44
7.	Conclusão	45
8.	Epílogo: a campanha de alcance público sobre o SAICM da sociedade civil mundial	46
8.1.	Declaração comum mundial das ONGs/OSCs sobre o Enfoque Estratégico para o Gerenciamento Internacional de Produtos Químicos	47

1. Prólogo

Esta publicação é uma introdução ao Enfoque Estratégico para o Gerenciamento Internacional de Produtos Químicos (SAICM), uma política e estratégia global que foi adotada pelos governos e partes interessadas para proteger a saúde humana e os ecossistemas dos danos causados pela exposição a substâncias químicas tóxicas. Nosso público alvo são as organizações da sociedade civil para as quais a segurança química é – ou deveria ser – um tópico de preocupação. Entre elas se encontram as organizações de defesa da saúde pública e do meio ambiente; organizações de médicos e profissionais de saúde; organizações que representam comunidades ou setores potencialmente impactados pela exposição às substâncias químicas tóxicas; sindicatos e outras organizações.

Esta é a primeira de uma série de publicações destinadas a conscientizar, em todas as partes do mundo, sobre o problema da exposição a substâncias químicas tóxicas como um motivo de grave preocupação global, nacional e local. Faz parte de uma campanha mundial que busca obter apoio da sociedade civil de todos os países do mundo para que adotem medidas que mudem a forma como as substâncias químicas são produzidas, usadas e gerenciadas, com a finalidade de minimizar e eliminar os danos causados atualmente pela exposição a substâncias químicas tóxicas.

O guia começa com uma seção introdutória e oferece alguns antecedentes que ajudarão a colocar o SAICM no seu contexto histórico. Em seguida descreve com alguns detalhes o que é realmente o SAICM. Finalmente, apresenta as formas como as ONGs e a sociedade civil podem utilizar o SAICM. O folheto conclui com uma chamada para ação incluindo o texto de uma Declaração da Sociedade Civil Mundial sobre o SAICM — uma declaração que as ONGs e outras organizações em todos os países estão convidadas a examinar e subscrever.

Seis redes internacionais de ONGs estão colaborando com a campanha global da qual esta publicação. São elas: Saúde Sem Dano (HCWH);¹ a Rede Internacional pela Eliminação dos Poluentes Orgânicos Persistentes (IPEN);² a Sociedade Internacional de Médicos pelo Meio Ambiente

¹ HCWH: <http://www.noharm.org/>

² IPEN: <http://www.ipen.org/>

(ISDE);³ a Rede de Ação sobre Pesticidas (PAN);⁴ Mulheres da Europa por um Futuro Comum (WECF);⁵ e a Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA).⁶

Agradecemos a União Européia; os governos da Suécia e do Canadá; o Instituto das Nações Unidas para a Formação Profissional e Pesquisa (UNITAR); e outros doadores que tornaram possível esta campanha e as publicações. Os pontos de vista aqui expressos não refletem necessariamente as opiniões dos doadores.

Jack Weinberg
Consultor Sênior - IPEN
9 de junho de 2008

³ ISDE: www.isde.org/

⁴ PAN: <http://www.pan-international.org/> Na América Latina www.rap-al.org

⁵ WECF: www.wecf.eu

⁶ WFPHA: <http://www.wfpha.org/>

2. Introdução ao Enfoque Estratégico para o Gerenciamento Internacional de Produtos Químicos

Em 2006, os governos e as partes interessadas adotaram uma nova política e estratégia mundial chamada *Enfoque Estratégico para o Gerenciamento Internacional de Produtos Químicos* (SAICM).⁷ O objetivo do Enfoque Estratégico é mudar a forma como as substâncias químicas são produzidas e usadas, visando minimizar os efeitos danosos sobre a saúde humana e o meio ambiente.

O SAICM foi adotado por consenso entre os Ministros de Meio Ambiente, Ministros da Saúde e outros delegados de mais de cem governos que participaram da primeira Conferência Internacional sobre Gerenciamento Químico (ICCM-1) realizada em Dubai em fevereiro de 2006. A Conferência foi organizada pelo PNUMA com apoio ativo da OMS e outras agências internacionais que têm programas relacionados com substâncias químicas.⁸

Organizações não-governamentais de defesa da saúde pública e do meio ambiente (ONGs) de todas as regiões também participaram da ICCM e das reuniões preparatórias que levaram a essa conferência. Participaram representantes de federações sindicais internacionais assim como associações comerciais representando as indústrias fabricantes de substâncias químicas e pesticidas, e indústrias de metalurgia e mineração. No final, todos os participantes da Conferência se reuniram com os representantes de governos e de agências internacionais para aprovar o SAICM por consenso. O SAICM não é um tratado legalmente vinculante. Entretanto, ele constitui-se um compromisso político global por parte de governos e outros⁹ que reconhece os prejuízos à saúde e ao meio ambiente causados pela exposição às substâncias químicas e promete envidar ação efetiva para reformar o modo como as substâncias químicas são produzidas e usadas visando minimizar esses danos.

⁷ O texto dos documentos principais do SAICM e o relatório completo da reunião estão disponíveis nos seis idiomas das Nações Unidas: <http://www.chem.unep.ch/saicm/SAICM%20texts/SAICM%20documents.htm>

⁸ Incluem entre essas além do PNUMA e da OMS: Organização Mundial do Trabalho (ILO); FAO; UNDP; UNIDO; UNITAR; Banco Mundial; Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OECD) e outros.

⁹ Como os representantes das organizações intergovernamentais participantes da ICCM não tinham autorização para aprovar o SAICM em nome de suas instituições, após a realização da ICCM, eles levaram suas decisões para seus órgãos diretores para sua consideração e autorização do apoio institucional para a implementação do SAICM.

Um Compromisso para Alcançar a Segurança Química

Ao adotar o SAICM, os governos e demais participantes da ICCM concordaram que são necessárias medidas aperfeiçoadas de prevenção dos efeitos danosos das substâncias químicas à saúde das crianças, mulheres grávidas, populações férteis, idosos, trabalhadores e demais grupos vulneráveis e ambientes suscetíveis. Eles observaram que alguns progressos têm sido alcançados no gerenciamento de substâncias químicas, mas declararam que esse progresso não tem sido suficiente em nível global, e que em todas as regiões do mundo o meio ambiente continua a ser afetado pela contaminação do ar, da água e do solo, o que prejudica a saúde e o bem-estar de milhões de pessoas..

Os participantes da ICCM concordaram que o objetivo principal do SAICM é “alcançar o gerenciamento correto das substâncias químicas durante todo seu ciclo de vida, de modo que até o ano de 2020 as substâncias químicas sejam usadas e produzidas de modo a atingir a minimização dos efeitos adversos significativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.” Declararam seu firme compromisso com o Enfoque Estratégico e sua implementação, e prometeram trabalhar com a sociedade civil e outras instâncias com espírito de solidariedade e associatividade para alcançar a segurança química e por meio disso ajudar a combater a pobreza, proteger grupos vulneráveis e melhorar a saúde pública e a segurança humana.

A ICCM concordou que a necessidade de ação é acentuada pelas numerosas causas de preocupação com a segurança química, inclusive falta de capacidade para gerenciar substâncias químicas em países em desenvolvimento e países com economias em transição; a dependência dos pesticidas na agricultura; a exposição de trabalhadores a substâncias químicas tóxicas, além da preocupação com os efeitos de longo prazo sobre a saúde. Reconheceu-se que a produção, o comércio e o uso global de substâncias químicas estão aumentando rapidamente e há consenso de que isto impõe uma carga especial sobre os países em desenvolvimento e países com economias em transição. Também houve acordo de que o gerenciamento correto de substâncias químicas é essencial para os países em todos os níveis de desenvolvimento e que são urgentemente necessárias mudanças fundamentais no modo como as sociedades administram as substâncias químicas.

O SAICM é uma Ferramenta Útil

As ONGs e outras organizações da sociedade civil em todas as regiões do mundo vêm realizando ativamente campanhas em favor da segurança química durante muitos anos. Em grande parte, a decisão tomada pelos governos e outros setores para negociar e adotar o SAICM pode ser vista como uma resposta às pressões e demandas da sociedade civil global. É claramente bem conhecido que as nobres declarações e acordos adotados em reuniões intergovernamentais não resolvem por si mesmos os problemas do mundo. Não obstante, o SAICM é potencialmente muito útil como ferramenta que a sociedade civil de todos os países pode utilizar em seus esforços para promover os objetivos da segurança química.

3. Antecedentes do SAICM: breve história das substâncias químicas tóxicas e dos esforços para controlá-las

A fabricação e a distribuição de substâncias químicas sintéticas se tornaram um setor industrial importante apenas alguns anos após a II Guerra Mundial. Então, na década de 1950, o uso de pesticidas e fertilizantes químicos aumentou rapidamente e logo passou a ser uma prática dominante na agricultura, primeiro em países altamente industrializados, e então mais tarde, em grande parte do resto do mundo. Ao mesmo tempo, as indústrias manufatureiras também começaram a usar grandes e cada vez maiores quantidades de substâncias químicas sintéticas na produção de bens industriais e de consumo.

O SAICM surge mais de meio século depois da aparição da indústria química. Ao adotar o SAICM, a sociedade mundial reconheceu formalmente que o dano à saúde humana e ao meio ambiente causado pela exposição às substâncias químicas tóxicas é um sério problema mundial, cuja solução exige ações urgentes e um enfoque global holístico. Para colocar o SAICM em perspectiva histórica, é útil revisar brevemente os antecedentes dos esforços para promover a segurança química e as respostas por parte dos governos.

O DDT e a Primavera Silenciosa

Por volta da década de 1960, os danos ambientais associados com o surgimento da indústria de substâncias químicas sintéticas começaram a se tornar visíveis. O livro *Primavera Silenciosa* (1962), de Rachel Carson, relatou o uso difundido do DDT e de outros pesticidas químicos, e documentou como essas substâncias tinham destruído populações de pássaros e alterado os ecossistemas. Embora o livro de Carson tenha se dedicado principalmente aos efeitos dos pesticidas em ecossistemas naturais, trazia informações e argumentos que mostravam que também envenenavam pessoas e contribuíam para o aparecimento do câncer e outras enfermidades humanas. Quando estava terminando seu livro, Rachel Carson soube que tinha câncer de mama. Carson morreu em 1964.

As indústrias químicas tentaram no início impedir a publicação de *Primavera Silenciosa* ameaçando os editores de Carson com ações judiciais. Quando isto falhou, atacaram e tentaram difamar não apenas o livro, mas também a autora. Entretanto, a mensagem de Rachel Carson enraizou-se e tornou-se uma das primeiras inspirações que lançaram o moderno movimento ambientalista. Em muitos países, a sociedade civil começou a pressionar por novas leis e regulamentos, assim como por mudanças na forma como as substâncias químicas são produzidas e usadas. O movimento da sociedade civil que Rachel Carson ajudou a lançar continuou a crescer, a se fortalecer e a se difundir desde então. É agora um movimento verdadeiramente global.

PCBs

Seguindo os passos de Carson, o Dr. Soren Jensen, um pesquisador sueco, tentava determinar os níveis de DDT no sangue humano. Entretanto, ele descobriu que um misterioso grupo de substâncias químicas em suas amostras estava interferindo na análise. Em 1964, ao prosseguir com sua investigação, descobriu que essas substâncias químicas eram as bifenilas policloradas (PCBs), uma família de substâncias químicas industriais utilizadas amplamente nos sistemas de transmissão elétrica e em outras aplicações.

À medida que Jensen continuava suas observações, encontrava PCBs por todos os lados: tanto em amostras da vida silvestre como em amostras humanas. Para sua consternação, de todas as amostras estudadas as concentrações mais altas de PCBs que encontrou se achavam no sangue de sua pequena filha, ainda em fase de amamentação.

Mercúrio e Chumbo

Metais tóxicos tais como mercúrio e chumbo eram largamente usados muito antes do que as substâncias químicas sintéticas. Na década de 1950, foi descoberta a doença de Minamata em pequenas aldeias de pescadores na costa da Baía de Minamata, no Japão. Os pacientes se queixavam de perda de sensibilidade e adormecimento de suas mãos e pés; não podiam correr ou caminhar sem tropeçar; e tinham dificuldades para ler, ouvir e engolir. Uma grande proporção dessas pessoas morreu. Em 1959 determinou-se que a causa da doença eram as elevadas concentrações de mercúrio nos peixes, mariscos e sedimentos da baía. A fonte era uma indústria que usava um catalisador de mercúrio para a produção de acetaldeído. A sociedade civil lutou durante uma década até que o processo de produção que contaminava com mercúrio fosse interrompido; o governo japonês só reconheceu formalmente a doença de Minamata em 1968. Até 2001, tinham sido certificadas oficialmente 2.265 vítimas e mais de 10.000 pessoas haviam recebido compensação financeira. Apesar disso, os críticos dizem que existem ainda centenas de pessoas expostas que não foram oficialmente reconhecidas e que ainda lutam por uma compensação adequada.

O envenenamento por chumbo também tem uma longa história. No início da década de 1920, especialistas em saúde pública denunciaram os efeitos na saúde de crianças e de trabalhadores causados pelo chumbo nas tintas de uso interno de casas e nos aditivos da gasolina. A Terceira Conferência Internacional sobre o Trabalho, realizada em 1921, pela Liga das Nações, recomendou a proibição das tintas com chumbo para uso em interiores e deu aos países seis anos para acatarem a proibição. Por volta de 1940, vinte e quatro governos já tinham expressado formalmente seu acordo. Entretanto, na maioria dos países, a indústria do chumbo e suas associações comerciais defenderam com êxito seus produtos e expandiram seu uso. As tintas contendo chumbo e posteriormente a gasolina com aditivos à base de chumbo continuaram sendo produzidas e sendo largamente utilizadas durante muitos anos.

Então, na década de 1970, surgiram novas informações médicas sobre a exposição ao chumbo. Antes disso, quase todos os dados coletados sobre os impactos à saúde causados pelo chumbo se baseavam em exposições a altas doses e sintomas clínicos causados por elas. Herbert Needleman, um professor norte-americano de psiquiatria infantil, demonstrou que a exposição a baixas doses de chumbo por crianças também é um problema

sério. Diminui a inteligência das crianças, reduz sua capacidade de atenção e retarda o momento em que a criança adquire o domínio da linguagem.

A Primeira Geração de Regulamentos para o Controle de Substâncias Químicas

As descobertas das pesquisas de Rachel Carson, Soren Jensen, Herbert Needleman e muitos outros cientistas contribuíram para aumentar a compreensão científica e popular dos danos à saúde humana e aos ecossistemas causados pela exposição às substâncias químicas tóxicas. Isso se traduziu em muitos países na pressão pública sobre os governos para regulamentar e controlar pesticidas, substâncias químicas tóxicas e outras formas de poluição tóxica. Como resposta a essas e outras preocupações, a legislação ambiental emergiu como um sistema distinto. Muitos países, pela primeira vez, criaram ministérios de meio ambiente e agências de proteção ambiental. Em 1972, as Nações Unidas convocaram a primeira grande Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, Suécia, e estabeleceram seu próprio programa de meio ambiente. (PNUMA).

A maioria dos países altamente industrializados adotou leis e regulamentos para eliminar gradualmente e proibir a produção e o uso do DDT e dos PCBs. Muitos também baniram as tintas imobiliárias para interiores contendo chumbo e passaram a eliminar os aditivos na gasolina. De maneira geral, muitos países começaram a regulamentar e controlar o uso de pesticidas e aprovaram leis para controlar substâncias tóxicas, poluição da água e práticas de regulamentação de resíduos. Na maioria dos casos, os países em desenvolvimento demoraram mais para legislar.

A primeira geração de leis e controles ambientais era, com frequência, inadequada e seu cumprimento geralmente fraco ou inconsistente. As empresas submetidas à regulamentação conseguiam em geral exercer seu poder econômico e político para evitar o cumprimento. Por essas e outras razões, as organizações da sociedade civil sofriam freqüentes decepções pelas falhas das novas leis e dos órgãos responsáveis por seu cumprimento. Nos anos 80, organizações comunitárias em muitos países se mobilizaram para protestar contra a poluição causada por instalações locais. Os sindicatos e outras organizações que representavam trabalhadores, agricultores, camponeses, ou outros setores, continuaram a pressionar pela melhor proteção de seu local de trabalho. Organizações de defesa do meio ambiente estavam ganhando força e crescendo em muitos países. Muitas delas, naquela época, já identificavam a poluição tóxica como uma

importante prioridade e pressionavam por melhores leis e melhor fiscalização de seu cumprimento.

A preocupação aumenta

Em 1984, em Bhopal, Índia, de uma fábrica química da empresa Union Carbide vazaram 40 toneladas do gás tóxico isocianato de metila, causando a morte imediata de 3.000 pessoas e um número de mortes a longo prazo de 20.000 ou mais pessoas.¹⁰ Embora este tenha sido o mais mortal e amplamente visível de todos os desastres causados pela indústria química, aconteceram muitos outros: em Seveso, na Itália, no Love Canal, nos Estados Unidos; e outros.

As mobilizações das comunidades de base em torno do tema da segurança química eram comuns, e em meados da década de 80 algumas delas se consolidaram em campanhas de ecossistemas regionais, especialmente ao redor dos Grandes Lagos da América do Norte, do Mar do Norte, do Mar Báltico, do Mar Mediterrâneo e do Ártico. As pesquisas sobre saúde ambiental estavam aumentando e os cientistas que estudavam esses ecossistemas descobriram que as substâncias tóxicas fabricadas pelo homem estavam causando graves alterações.

As populações de peixes, pássaros e outras formas de vida selvagem desses ecossistemas estavam declinando devido à diminuição da fertilidade, o comprometimento dos sistemas imunológicos, as alterações comportamentais, cânceres, tumores e outros distúrbios. Alguns dos poluentes tóxicos que causavam essas alterações tinham entrado nos corpos d'água diretamente dos canos de descarga ou indiretamente pelo escoamento nos campos agrícolas e ruas da cidade. Entretanto, foi uma surpresa quando os investigadores descobriram que a maior parte dos poluentes tóxicos preocupantes encontrados nesses corpos d'água havia ingressado pelo ar; alguns deles de fontes próximas e outros de fontes muito distantes.

Novas pesquisas mostraram que as pessoas que residiam nesses ecossistemas sofriam de problemas de saúde similares, especialmente aquelas cuja dieta dependia de pescados e da flora e fauna locais. Os estudos mostraram que as

¹⁰ Um quarto de século mais tarde, a limpeza total de Bhopal não tinha ainda sido concluída, nem as vítimas tinham recebido o tratamento adequado ou compensação. Para maiores informações, visite o sítio web da Campanha Internacional pela Justiça em Bhopal: <http://www.bhopal.net/>

mães que se alimentavam de peixes dos Grandes Lagos da América do Norte passavam os poluentes químicos para seus filhos, e isto resultava em déficits de inteligência, dificuldades de aprendizagem e desordens comportamentais. As investigações seguintes reforçaram essas conclusões e também descobriram muitos outros vínculos entre a poluição química e numerosos déficits e doenças em matéria de saúde humana.

Substâncias Químicas Tóxicas em Produtos

A crescente preocupação não se limitava, tampouco, aos acidentes químicos, à contaminação industrial, aos pesticidas tóxicos e à extensa contaminação química. Ambiental. Também crescia a preocupação pela exposição de substâncias químicas causada pela presença de substâncias tóxicas em produtos de consumo. Há bastante tempo já se sabe que o chumbo e o mercúrio em produtos de consumo podem causar danos à saúde humana, especialmente em crianças. Mais recentemente, cientistas e ativistas da sociedade civil também denunciaram que numerosas substâncias químicas orgânicas sintéticas estão presentes em produtos de consumo.

Boa parte das preocupações da sociedade civil e dos ativistas está centrada no dano que causa à saúde humana uma classe de substâncias químicas denominadas ftalatos, que são usados amplamente como plastificantes em produtos feitos de plástico de vinil (PVC) e como ingredientes de muitos cosméticos.¹¹ Também tem sido dada atenção às substâncias químicas bromadas que são usadas como retardantes de chama em tapeçarias e produtos plásticos.¹² O bisfenol A, uma substância química usada na fabricação de plásticos de policarbonato, é outro objeto de atenção da sociedade civil.¹³ Os lobistas da indústria química têm defendido vigorosamente essas e outras substâncias químicas problemáticas que fabricam. Não obstante, as campanhas iniciadas pela sociedade civil têm conseguido assegurar que alguns países estabeleçam regulamentações e restrições governamentais sobre essas substâncias químicas. Essas campanhas prosseguem, entretanto, porque mesmo as regulamentações e restrições asseguradas têm sido geralmente insuficientes para enfrentar o problema em sua totalidade.

¹¹ Veja mais informações sobre os ftalatos: http://www.chemicalbodyburden.org/cs_phthalate.htm ou <http://www.ourstolenfuture.org/NEWSCIENCE/oncompounds/phthalates/phthalates.htm>

¹² Veja mais informações sobre os Retardantes de Chama Bromados: <http://www.noharm.org/details.cfm?type=document&id=1095> ou <http://www.ehponline.org/members/2003/6559/6559.html>

¹³ Veja mais informações sobre o Bisfenol: <http://www.bisphenolafree.org/> ou <http://www.ourstolenfuture.org/NewScience/oncompounds/bisphenola/bpauses.htm>

A Convenção da Basiléia

Foi apenas na década de 1990 que a segurança química começou a emergir como algo mais do que uma preocupação puramente nacional ou local. Como consequência de regulamentações nacionais para controle de resíduos, o custo da destinação de resíduos perigosos em instalações reguladas aumentou dramaticamente em muitos países altamente industrializados. Isto serviu de incentivo para que as empresas diminuíssem a quantidade de rejeitos perigosos que produziam, o que levou a reduções altamente significativas na quantidade total de resíduos perigosos gerados. Entretanto, havia alguns operadores que tentavam eliminar esses resíduos de forma ilegal, violando a lei. Então, quando as autoridades intervieram nessas operações ilegais, algumas empresas começaram a buscar outras opções mais baratas de destinação. Encontraram inescrupulosos traficantes de resíduos que recebiam os resíduos perigosos e os exportavam de países altamente industrializados para países em desenvolvimento e para a Europa Oriental, onde geralmente depositavam os resíduos ilegalmente em locais próximos a comunidades, que sequer suspeitavam do que estava acontecendo.

ONGs e grupos comunitários dos países exportadores e dos países receptores protestaram contra essa prática injusta. Fizeram campanhas e obtiveram a aprovação de um tratado mundial, legalmente vinculante, que controla o movimento de resíduos perigosos entre fronteiras internacionais. Isto levou à adoção da Convenção da Basiléia para o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito,¹⁴ que entrou em vigor em 1992.

A Cúpula da Terra realizada no Rio de Janeiro e o FISQ

A Cúpula da Terra realizada no RJ em 1992 incluiu o tema das substâncias químicas tóxicas no programa de ação que foi então adotado, a *Agenda 21*. O Capítulo 19 da *Agenda 21* intitulado *Manejo Ecologicamente Racional dos Produtos Químicos Tóxicos*¹⁵ afirma que a contaminação pode ser uma fonte de “graves danos à saúde humana, às estruturas genéticas, à reprodução e ao meio ambiente”. O Capítulo 19 considera de maneira específica as necessidades especiais dos países em desenvolvimento e os problemas que os afetam, reconhece que muitos países não contam com sistemas nacionais para enfrentar os riscos químicos, e que a maioria deles

¹⁴ Veja mais informações sobre a Convenção da Basiléia: <http://www.basel.int/>

¹⁵ Veja Agenda 21: Capítulo 19 em: <http://www.un.org/esa/sustdev/documents/agenda21/english/agenda21chapter19.htm>

carece de ferramentas científicas para reunir as evidências do mau uso e julgar o impacto das substâncias químicas tóxicas sobre o meio ambiente.

O Capítulo 19 também convocou os órgãos diretores da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) a se unirem ao PNUMA na realização de um fórum global para promover a segurança química, o que conduziu ao estabelecimento do Fórum Intergovernamental de Segurança Química (FISQ) em 1994. O Fórum recebeu um pequeno orçamento e virtualmente nenhuma autoridade. Não obstante, se tornou inesperadamente bem sucedido e foi especialmente útil para muitos funcionários dos ministérios de meio ambiente ou de saúde de países em desenvolvimento responsáveis pela supervisão dos programas nacionais de gerenciamento de substâncias químicas.

Uma realização pioneira do FISQ foi receber a compreensão e o respaldo internacional por facilitar e encorajar o envolvimento, a participação e o compromisso multissetorial e de multipartes interessadas nos processos internacionais de fixação de políticas sobre os temas de segurança química. O Fórum estabeleceu o importante precedente de que ao serem formuladas políticas relativas à segurança química, os representantes de ONGs das áreas de saúde e de meio ambiente devem receber direitos de participação total, junto com os governos e as associações industriais. Em 1996 o FISQ adotou uma recomendação ao Conselho Diretor do PNUMA propondo um marco para o estabelecimento de um tratado mundial destinado a proteger a saúde pública e o meio ambiente dos poluentes orgânicos persistentes (POPs).

As Convenções de Estocolmo e de Roterdã

Os POPs são uma família de substâncias químicas tóxicas que se acumulam no meio ambiente, nos peixes, na flora e fauna silvestre e nos animais domesticados; alteram os ecossistemas e causam uma série de problemas de saúde. Como os POPs podem viajar a grandes distâncias através do ar e das correntes aquáticas, nenhum governo, atuando por si só, pode proteger seu povo e seus ecossistemas dessas substâncias. Isto justificou o estabelecimento de um tratado global como o único meio de controlar efetivamente os POPs. As negociações para criar um tratado mundial sobre os iniciaram em 1998 e a Convenção de Estocolmo sobre POPs¹⁶ foi adotada em 2001. Este tratado controla e procura eliminar uma lista inicial de 12 POPs, inclusive DDT e PCBs. Além disso, contém dispositivos que

¹⁶ Para mais informações sobre a Convenção de Estocolmo: <http://www.pops.int/>

permitem incluir substâncias químicas tóxicas adicionais com propriedades similares, para seu controle e eliminação.

Outro tratado mundial sobre substâncias químicas, a Convenção de Roterdã sobre o Procedimento de Consentimento Prévio¹⁷ foi também negociado e adotado em meados da década de 90. Este tratado estabelece uma lista de substâncias químicas que foram banidas ou severamente restringidas em pelo menos duas regiões. Antes que qualquer empresa de um país participante possa exportar a um país em desenvolvimento uma substância química que está na lista, deve efetuar uma notificação prévia ao governo e este pode então recusar o embarque. Em 2004 tanto a Convenção de Estocolmo como a de Roterdã entraram em vigor.

O Código de Conduta da FAO

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) adotou sua primeira versão do Código Internacional de Conduta sobre a Distribuição e Uso de Pesticidas em 1985. Em 2002 revisou e atualizou substancialmente o Código, para corrigir importantes debilidades e para refletir as mudanças em matéria de políticas internacionais, especialmente a adoção da Convenção de Roterdã.¹⁸

O Código da FAO estabelece padrões internacionais para a distribuição e uso de pesticidas, especialmente para países onde a legislação e a regulamentação nacional são inadequadas. Ela promove práticas que minimizarão os efeitos adversos sobre seres humanos e o meio ambiente associados ao manejo de pesticidas. A Rede de Ação sobre Pesticidas desempenhou um papel importante na promoção da adoção do Código revisado, o subscreve e promove sua implementação efetiva.¹⁹

O Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Substâncias Químicas

Em 2002, a comunidade internacional adotou o Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Substâncias Químicas (GHS).²⁰ Este sistema estabelece um padrão internacionalmente aceito para a classificação de substâncias químicas e notificação de riscos. Ele exige que

¹⁷ For more information on the Stockholm Convention see: <http://www.pic.int/>

¹⁸ Veja mais informações sobre o Código da FAO: http://www.fao.org/ag/AGP/AGPP/Pesticid/Code/PM_Code.htm

¹⁹ Veja mais informações da PAN sobre como a sociedade civil pode contribuir para a implementação do Código da FAO: <http://www.fao-code-action.info/>

²⁰ Mais informações sobre o GHS: http://www.unece.org/trans/danger/publi/ghs/ghs_welcome_e.html; e uma apresentação do sistema: http://www.unece.org/trans/danger/publi/ghs/GHS_presentations/English/hazcom_e.pdf

os rótulos das substâncias químicas perigosas incluam pictogramas padronizados; palavras de advertência; indicações de risco; medidas preventivas; identificação do produto químico (revelação da composição dos ingredientes químicos); e informações do fornecedor. Ademais, requer que as substâncias químicas sejam rotuladas do mesmo modo em todos os países e em todos os idiomas.

O objetivo do GHS é assegurar que as informações sobre os perigos físicos e a toxicidade das substâncias químicas estejam disponíveis para quem as manipula, transporta e usa. Também tem sido muito útil para muitos países em desenvolvimento que estejam trabalhando para estabelecer seus próprios programas nacionais de segurança química. Os sindicatos desempenharam um papel ativo na formulação e adoção do GHS, e juntamente com ONGs e organizações intergovernamentais estão agora também trabalhando para promover sua total implementação.²¹

As Convenções e Programas Internacionais Relacionados com as Substâncias Químicas abrem caminho para o SAICM

As Convenções da Basiléia, Roterdã e Estocolmo, juntamente com o FISQ, o Código da FAO, o GHS e outros programas internacionais de segurança química têm contribuído com importantes estruturas e oportunidades para que os governos e as ONGs possam alcançar objetivos significativos em matéria de segurança química. Entretanto, cada um deles tem um âmbito limitado, e todos eles, em conjunto, não abarcam toda a diversidade de temas de segurança química que aqueles países devem enfrentar. Isto levou ao crescente reconhecimento da necessidade de um programa mundial mais coerente e amplo de segurança química, o que abriu o caminho para o desenvolvimento e adoção do SAICM.

O Crescimento das Redes Internacionais de ONGs

Em alguns países, as ONGs com conhecimento especializado em assuntos de segurança química surgiram no início dos anos 70 e 80. A Rede de Ação sobre Pesticidas (PAN) data deste período. Entretanto, nos anos 90 – parcialmente como resposta à negociação e adoção das três convenções químicas e outras iniciativas internacionais – a segurança química se tornou uma questão crescentemente importante e reconhecida em muitos países em desenvolvimento.

²¹ A rede IPEN estabeleceu recentemente um grupo de trabalho sobre o GHS. Mais informações podem ser encontradas na publicação *IPEN Newsletter* de fevereiro de 2008: <http://www.ipen.org/ipenweb/news.html>

As organizações ambientalistas internacionais tais como o Greenpeace e outras realizaram campanhas em muitos países em desenvolvimento sobre os temas de comércio de resíduos e sobre os POPs no período que antecedeu as negociações intergovernamentais que eventualmente dariam origem às Convenções da Basiléia e Estocolmo. Essas ações estimularam a conscientização e comprometimento das ONGs locais dedicadas ao tema da saúde e meio ambiente em muitos países, e foi o ponto de partida para o surgimento de novas redes mundiais. Saúde Sem Dano (Health Care Without Harm - HCWH); a Rede Internacional para Eliminação dos POPs (IPEN); a Aliança Global para Alternativas à Incineração (GAIA);²² a Rede de Ação da Basiléia (BAN)²³ e outras organizações que emergiram neste contexto. Juntamente com a PAN, essas novas redes ajudaram a difundir a informação e o conhecimento especializado, e promoveram o ativismo da sociedade civil a favor dos objetivos de segurança química em muitos países em desenvolvimento. E na medida em que esse ativismo cresceu e se difundiu, as redes de ONGs se tornaram mais fortes e mais influentes.

A Comissão OSPAR

Enquanto as convenções mundiais sobre temas relacionados com as substâncias químicas eram objeto de negociações, e enquanto surgiam e cresciam os movimentos da sociedade civil a favor da segurança química no mundo em desenvolvimento, novos e importantes eventos estavam acontecendo em uma região altamente industrializada. Na Europa Ocidental campanhas de ONGs regionais para proteger o Mar do Norte e o Mar Báltico da poluição tóxica conseguiam influenciar as políticas governamentais regionais. Em 1998, os ministros de meio ambiente dos países europeus situados na costa do Oceano Atlântico se reuniram em Portugal no contexto da Comissão OSPAR para a proteção do meio ambiente do Atlântico Nordeste²⁴ e adotaram a *Declaração de Sintra*.²⁵

A declaração incluía a promessa de adotar medidas para evitar a contaminação do meio ambiente marinho com substâncias tóxicas, persistentes e com possibilidade de se bioacumularem. Os Ministros estabeleceram, como uma meta, que as concentrações de substâncias

²² Informações sobre GAIA: <http://www.no-burn.org/>

²³ Informações sobre BAN : <http://www.ban.org/>

²⁴ A Comissão OSPAR representa 15 Partes contratuais da Convenção OSPAR, que combina e atualiza a Convenção de Oslo de 1972 sobre o despejo de resíduos no mar e a Convenção de Paris de 1974 sobre fontes terrestres de contaminação marinha. Veja: <http://www.ospar.org/eng/html/welcome.html>

²⁵ Veja a Declaração de Sintra dos Ministros de Meio Ambiente dentro da estrutura da Comissão OSPAR para a Proteção do Meio Ambiente Marinho do Atlântico Nordeste em: <http://www.ospar.org/eng/html/md/sintra.htm>

perigosas no meio ambiente deveriam se aproximar dos valores de fundo para as substâncias que ocorrem de forma natural e perto de zero para substâncias sintéticas feitas pelo homem. Eles estabeleceram o ano de 2020 como sua meta para o fim de todas as descargas, emissões e perdas de substâncias perigosas.

A adoção da *Declaração de Sintra* teve conseqüências de longo alcance. Sua meta de 2020 se refletiu mais tarde na meta de 2020 do SAICM para o alcance da gestão internacional correta das substâncias químicas. Igualmente importante é o início de um debate político na Europa que culminou em importantes e positivas reformas da legislação da União Européia (EU) sobre substâncias químicas.

Registro, Avaliação, Autorização e Restrição de Substâncias Químicas

Em 2001, a Comissão Européia iniciou um debate dentro da Comunidade Européia em torno do que denominou de *Estratégia para uma Futura Política de Substâncias Químicas*. Isto levou a uma extensa discussão entre governos e partes interessadas, e resultou em uma proposta para um novo marco regulatório da UE, em substituição à primeira geração de legislação de controle de substâncias químicas que foi adotada nos anos 70. A partir da constatação das falhas e debilidades da legislação anterior, a Comissão Européia propôs o estabelecimento de um regime de controle mais efetivo e eficiente. O nome dado para a nova legislação proposta foi Registro, Avaliação e Autorização de Produtos Químicos (REACH).²⁶

As ONGs de Saúde e Meio Ambiente da Europa fizeram campanhas para a adoção do REACH com apoio de colegas de outros países. O REACH foi finalmente adotado de forma razoavelmente boa em 2006, e entrou em vigor em 2007. Muitas ONGs de saúde pública e ambiental estimam que o REACH seja uma importante e fundamental reforma política que deve influenciar reformas similares em outros países. O REACH estabelece um novo modelo de legislação de controle de substâncias químicas que corrige muitas das falhas da primeira geração de leis de controle de substâncias químicas iniciada nos anos 70, um modelo que tem o potencial de minimizar e evitar futuros danos causados pelas exposições a substâncias químicas.

²⁶ Informações oficiais da União Européia sobre o REACH podem ser encontradas em: <http://ecb.jrc.it/reach/>; Para acessar uma perspectiva do ponto de vista das ONGs sobre o REACH, veja *Navigating REACH: an Activists Guide to Using and Improving the New EU Chemicals Legislation* em: http://www.wecf.eu/cms/download/2007/navi_reach.pdf. O texto completo do REACH pode ser acessado em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2006:396:0001:0849:EN:PDF>

A Lei de Proteção Ambiental do Canadá

Alguns outros países também começaram a reformar sua maneira de conduzir a avaliação de substâncias químicas. A Lei de Proteção Ambiental promulgada em 1999 obriga o governo a categorizar e identificar substâncias persistentes ou bioacumulativas e inerentemente tóxicas, e substâncias que tenham um maior potencial de exposição humana. Esta operação identificou 4.300 substâncias que exigem novas ações e levou à elaboração do Plano de Gestão de Substâncias Químicas do Canadá.²⁷

O Enfoque Estratégico

Todos os eventos brevemente narrados acima ajudaram a abrir o caminho para a adoção do SAICM. Um impulso especialmente importante foi o reconhecimento pelas ONGs e muitos outros de que a geração de regulamentações de controle de substâncias químicas estabelecida em muitos países na década de 70 estava obsoleta e defeituosa. O estabelecimento de um novo Enfoque Estratégico internacionalmente consentido para a gestão de substâncias químicas seria útil para avançar nos esforços de estabelecer novos modelos pra o século XXI de legislação e regulamentação de controle de substâncias químicas, a partir das recentes experiências na Europa Ocidental e em todo o mundo. Outra força impulsora foi o reconhecimento por parte dos funcionários de governo e por ONGs de muitos países em desenvolvimento de que o estabelecimento de políticas e estratégias racionais acordadas em nível mundial para a gestão de substâncias químicas serviria de apoio muito útil aos esforços que buscam alcançar os objetivos de segurança química em seus países.

Em 2002, durante a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (WSSD) realizada em Johannesburgo, os chefes de estado adotaram o *Plano de Implementação do WSSD*. Este plano incluía uma seção sobre o gerenciamento correto de substâncias químicas,²⁸ e convocava especificamente os governos para que desenvolvessem um Enfoque Estratégico para o Gerenciamento Internacional dos Produtos Químicos (SAICM). O WSSD declarou que o SAICM se desenvolveria a partir das conclusões e prioridades determinadas pelo FISQ. E também estabeleceu um ambicioso objetivo mundial para este processo:

²⁷ Acesse informações sobre o Plano de Gestão de Substâncias Químicas em:

http://www.chemicalsubstanceschimiques.gc.ca/plan/index_e.html

²⁸ Veja o Plano de Implementação de Johannesburgo da WSSD 2002, parágrafo 23 em:

http://www.un.org/esa/sustdev/documents/WSSD_POI_PD/English/POIChapter3.htm

“... alcançar o gerenciamento adequado das substâncias químicas de modo que, por volta de 2020, elas sejam usadas e produzidas de uma maneira que leve à minimização dos significativos efeitos adversos sobre a saúde humana e o meio ambiente.”

Em resposta a esta petição do WSSD, o PNUMA, em cooperação com as outras organizações intergovernamentais, realizou uma série de reuniões intergovernamentais para preparar o SAICM. As ONGs foram convidadas e encorajadas a participarem ativamente. Em fevereiro de 2006 foi então realizada uma Conferência Internacional de delegados governamentais e partes interessadas para adotar o SAICM.

4. O que é o SAICM: Uma descrição mais detalhada

O Enfoque Estratégico é um marco internacional para a formulação de políticas destinadas a fomentar a gestão racional de substâncias químicas. Foi acordado por consenso na primeira Conferência Internacional sobre Gerenciamento de Substâncias Químicas (ICCM-1), realizada em Dubai em fevereiro de 2006. Ministros de Meio Ambiente, Ministros de Saúde e outros delegados representando mais de 100 governos participaram da decisão, assim como os representantes das partes interessadas.

O SAICM é composto de três textos principais: *A Declaração de Dubai sobre o Gerenciamento Internacional de Substâncias Químicas*, a *Estratégia de Política Global* e o *Plano de Ação Mundial do SAICM*.²⁹ Estabeleceu-se a Secretaria do SAICM para convocar reuniões e auxiliar nas tarefas de implementação, e um Programa de Início Rápido de caráter temporário, incluindo um modesto fideicomisso, foi criado para auxiliar os países em desenvolvimento a iniciarem a implementação do SAICM.

²⁹ Os documentos e resoluções adotados na ICCM em Dubai estão disponíveis em todos os seis idiomas das Nações Unidas e podem ser acessados em: <http://www.chem.unep.ch/saicm/SAICM%20texts/SAICM%20documents.htm>

O Alcance do SAICM

Tal como está detalhado na Estratégia de Política Global, o SAICM tem um amplo escopo. Representa um compromisso dos governos do mundo visando realizar em todos os países o gerenciamento racional de substâncias químicas, para que as exposições às substâncias químicas de uso agrícola e industrial não causem mais danos significativos à saúde humana e ao meio ambiente. O SAICM se ocupa não apenas de substâncias químicas sintéticas, mas também de metais tóxicos tais como chumbo, cádmio e mercúrio.

O SAICM trata do gerenciamento racional de substâncias químicas em todos os estágios de seu ciclo de vida. Objetiva facilitar as reformas nacionais e mundiais nos modos como as substâncias químicas sintéticas são produzidas e usadas, inclusive com a possibilidade de criar medidas para proibir, eliminar gradualmente ou restringir a produção e o uso de substâncias químicas de maior preocupação. Sua implementação deve estabelecer mecanismos para assegurar que os trabalhadores, agricultores e o público em geral não sofram mais déficits de saúde, doenças ou mortes como resultado da exposição ocupacional ou ambiental a substâncias químicas.

A boa implementação do SAICM promoverá práticas que evitem ou minimizem a geração de resíduos perigosos assim como políticas que exijam o tratamento correto de quaisquer tipos de resíduos perigosos que sejam gerados.

O SAICM também se ocupa do potencial de dano das substâncias químicas contidas nos produtos. Sugere a necessidade de banir produtos de consumo cujos componentes químicos possam causar exposições que levem a significativos efeitos adversos à saúde. A implementação do SAICM também se ocupa da necessidade de uma gestão racional dos resíduos domésticos e comerciais. Isso porque a maioria dos produtos de consumo mais modernos contêm componentes químicos tais como polímeros (plásticos), aditivos, adesivos, tintas ou metais tóxicos. Quando esses produtos se transformam em resíduos, esses componentes podem contribuir seriamente para a poluição tóxica se a gestão dos resíduos não for adequada.

O alcance do SAICM compreende finalmente todos os aspectos ambientais, econômicos, sociais, sanitários e laborais da segurança química. O SAICM é um ambicioso esforço mundial com um escopo muito amplo.

Objetivos do SAICM

O objetivo geral da Abordagem Estratégica é alcançar o gerenciamento racional das substâncias químicas através de todo o seu ciclo de vida, de modo que por volta de 2020 as substâncias químicas sejam usadas e produzidas de modo a minimizarem os significativos efeitos adversos sobre a saúde humana e o meio ambiente. Para alcançar este objetivo geral, o SAICM estabelece os seguintes cinco objetivos subsidiários:

- Redução de risco
- Conhecimento e informação
- Governança
- Capacitação e cooperação técnica
- Tráfico internacional ilegal

Objetivos da Redução de Risco do SAICM

Na linguagem do SAICM, todas as atividades destinadas a proteger a saúde humana e o meio ambiente da exposição técnica são chamadas “atividades de redução de risco”. Os objetivos da redução de risco do SAICM incluem o seguinte:

- Quando a sociedade toma decisões que se relacionam a substâncias químicas potencialmente perigosas, as necessidades dos seres humanos e ecossistemas devem ser levadas em conta e protegidas, especialmente daqueles que forem mais vulneráveis e estejam mais sujeitos à exposição.
- As estratégias de gestão de risco devem ser implementadas de forma transparente, ampla, eficiente e efetiva, e devem se basear em uma adequada compreensão científica dos efeitos ambientais e à saúde como também de uma análise social e econômica apropriada. Essas estratégias devem visar à prevenção da poluição, redução de risco e eliminação de risco.
- Por volta do ano 2020, as substâncias químicas que causam riscos irracionais e incontroláveis à saúde humana e ao meio ambiente não deverão mais ser produzidas. Os usos de substâncias químicas que causam riscos não devem mais ser permitidos.
- As substâncias químicas cuja avaliação deveria ser prioritária para determinar se apresentam riscos incontroláveis são as seguintes: substâncias persistentes, bioacumulativas e tóxicas (PBTs); substâncias muito persistentes e muito bioacumulativas; substâncias químicas que são carcinogênicas ou mutagênicas ou que afetem adversamente os sistemas reprodutivos, endócrinos, imunológicos ou nervosos; POPs, mercúrio e

outras substâncias químicas de preocupação mundial; substâncias químicas produzidas ou usadas em altos volumes; aquelas utilizadas de forma amplamente dispersiva; e outras substâncias químicas que causam preocupação em nível nacional.

- As atividades de redução de riscos devem aplicar o Princípio da Precaução e outorgar consideração prioritária à aplicação de medidas preventivas tais como a prevenção da contaminação. Devem ser desenvolvidas, promovidas e apoiadas alternativas mais seguras e ambientalmente corretas. Essas alternativas devem incluir a produção mais limpa, substituição informada de substâncias químicas de especial preocupação e alternativas não químicas.

Objetivos do SAICM relacionados com Conhecimento e Informações

Os objetivos do SAICM relacionados com o conhecimento e as informações são os seguintes:

- O conhecimento e a informação sobre as substâncias químicas e a gestão de substâncias químicas devem ser suficientes para permitir que as substâncias químicas sejam adequadamente avaliadas e gerenciadas de forma segura durante seu ciclo de vida.
- As informações sobre substâncias químicas devem estar disponíveis para todas as partes interessadas e devem ser divulgadas nos idiomas apropriados. Isto deve incluir informações relevantes sobre o ciclo de vida completo de uma substância química: sua produção, uso e destino final no meio ambiente. Também devem incluir informações relevantes sobre substâncias químicas em produtos. As informações sobre substâncias químicas devem estar disponíveis, serem acessíveis, fáceis de usar, adequadas e apropriadas para as necessidades de todas as partes interessadas. Devem ocupar-se dos efeitos das substâncias químicas à saúde humana e ao meio ambiente; suas propriedades intrínsecas, seus usos potenciais e as medidas e regulamentações de proteção.
- Embora se reconheça que algumas vezes as leis e regulamentações nacionais requeiram que se proteja a informação e o conhecimento confidencial comercial e industrial, quando se preparam informações sobre substâncias químicas para as partes interessadas, a informação relacionada à saúde e à segurança dos seres humanos e do meio ambiente não deve ser considerada confidencial.

- Deve-se acelerar a marcha da pesquisa científica para identificar e avaliar os efeitos das substâncias químicas sobre os seres humanos e o meio ambiente. A pesquisa e o desenvolvimento devem ser conduzidos sobre tecnologias de controle de substâncias químicas e sobre o desenvolvimento de substâncias químicas mais limpas, tecnologias mais limpas e alternativas não-químicas.
- Devem ser desenvolvidos o conhecimento e as informações sobre os impactos econômicos e de outros tipos, atuais e projetados, sobre o desenvolvimento sustentável, associados com a gestão incorreta de substâncias químicas que são a causa de preocupação em nível mundial.

Objetivos de governança do SAICM

Os objetivos de governança do SAICM incluem o seguinte:

- Os mecanismos nacionais, regionais e internacionais utilizados para alcançar uma gestão racional das substâncias químicas devem ser multissetoriais, amplos, efetivos, eficientes, transparentes, coerentes e inclusivos, e devem assegurar a devida prestação de contas.
- O gerenciamento racional das substâncias químicas deve ser promovido em cada setor relevante do governo. (Os setores relevantes do governo podem incluir, entre outros, os ministérios do Meio Ambiente, Saúde, Trabalho, Agricultura, Indústria e Desenvolvimento.) Os governos devem instituir também programas integrados para o gerenciamento racional que incorporem representantes de todos os setores relevantes.
- As leis e regulamentações nacionais que tratam do gerenciamento de substâncias químicas devem ser implementadas e o seu cumprimento deve ser fortalecido. Códigos de conduta relevantes devem ser promovidos, incluindo aqueles relacionados à responsabilidade social e ambiental das empresas.
- Os serviços alfandegários dos diferentes países devem cooperar com o intercâmbio de informações relevantes destinadas a prevenir o tráfico internacional ilegal de produtos químicos perigosos.
- Todos os setores da sociedade civil devem merecer uma participação ativa e significativa nos processos regulamentadores e outros processos de tomada de decisão que se relacionem à segurança química, particularmente o setor das mulheres, dos trabalhadores e das comunidades indígenas. Os governos, o setor privado e a sociedade civil devem cooperar para alcançar o gerenciamento racional das substâncias químicas nos níveis nacional, regional e mundial.

- As políticas comerciais e ambientais devem se apoiar mutuamente.

Objetivos do SAICM de Capacitação

Os objetivos do SAICM de capacitação e cooperação técnica incluem o seguinte:

- A capacidade nacional para o gerenciamento correto das substâncias químicas deve ser fortalecida em todos os países, conforme necessário, especialmente em países em desenvolvimento e países com economias em transição. Estratégias de capacitação sustentável devem ser desenvolvidas e implementadas e deve ser promovida a cooperação entre todos os países.
- As parcerias e os mecanismos de cooperação técnica devem ser estabelecidos ou fortalecidos, incluindo o fornecimento de tecnologia limpa e apropriada.
- A capacitação para o gerenciamento racional das substâncias químicas deve ser incluída prioritariamente nas estratégias de desenvolvimento social e econômico. Devem ser contemplados nas estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável os documentos estratégicos para a redução da pobreza e as estratégias de ajuda aos países. As questões relacionadas com as substâncias químicas devem se tornar uma parte importante das políticas nacionais.
- Os países em desenvolvimento e os países com economias em transição devem ser encorajados a fazerem uso apropriado de modelos já estabelecidos de gestão de substâncias químicas por outros países e organizações internacionais.
- Os doadores, organizações multilaterais e outros atores relevantes devem ser conscientizados da importância da segurança química para a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável.

Os objetivos do SAICM sobre o Tráfico Ilegal Internacional

Os objetivos do SAICM sobre tráfico internacional ilegal incluem o seguinte:

- Deve ser impedido o tráfico ilegal internacional de substâncias químicas tóxicas, perigosas, banidas e severamente restringidas. Isto inclui os produtos que incorporam essas substâncias químicas, misturas e compostos, e resíduos.
- A implementação nacional e regional de mecanismos de acordos multilaterais existentes que contemplem a prevenção do tráfico ilegal internacional deve ser fortalecida.

- A capacidade dos países em desenvolvimento e dos países com economias em transição para a prevenção e controle do tráfico ilegal internacional deve ser fortalecida e a troca de informações deve ser promovida.

Considerações Financeiras do SAICM

A ICCM de Dubai concordou que a implementação do SAICM precisará recorrer a fontes novas e existentes de apoio financeiro, a fim de que os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos e pequenos estados insulares em desenvolvimento, possam avançar para realizar o objetivo global do SAICM para o ano 2020.

- Em nível nacional, os governos de países em desenvolvimento e países com economias em transição são encorajados a integrarem os objetivos do SAICM nos programas, planos e estratégias nacionais relevantes. Esses governos devem avaliar as leis, políticas e regulamentações atuais para identificarem as mudanças que precisam ser feitas para levar adiante os objetivos de implementação do SAICM, incluindo uma avaliação de necessidades de financiamento. Eles devem igualmente avaliar e se possível adotar políticas que possam incluir instrumentos econômicos para ajudar a cobrir os custos da gestão racional das substâncias químicas, incluindo a consideração de instrumentos desenhados para internalizar os custos externos das substâncias químicas.
- A implementação do SAICM deve ser integrada nos objetivos de cooperação multilateral e bilateral de assistência ao desenvolvimento. Países em desenvolvimento podem integrar a implementação dos objetivos do SAICM nos documentos nacionais relevantes que influenciem a cooperação para o desenvolvimento. Ao responder essas questões, os doadores devem reconhecer que os objetivos do SAICM são elementos importantes de cooperação das agências bilaterais em apoio ao desenvolvimento sustentável.
- As agências, fundos e programas especializados das Nações Unidas, e de outras organizações intergovernamentais estão convidados a incluírem os objetivos do Enfoque Estratégico em suas atividades, conforme apropriado.
- A fim de apoiar as atividades iniciais de capacitação para a implementação dos objetivos do SAICM, chegou-se a um acordo para estabelecer um Programa de Início Rápido do SAICM. Este programa contém um fideicomisso voluntário e temporal e pode incluir também a ajuda bilateral e multilateral e outras formas de cooperação.

Implementação do SAICM e avaliação dos avanços

A ICCM de Dubai estabeleceu disposições institucionais para apoiar a implementação do SAICM e avaliar os avanços. Foi acordado que:

- A implementação do SAICM poderia começar com uma fase de capacitação necessária. Isto poderia incluir o desenvolvimento, com a participação de partes interessadas relevantes, de um plano nacional de implementação do SAICM. Este plano deve levar em conta a legislação nacional existente, os perfis nacionais, planos de ação, iniciativas de partes interessadas, vazios, prioridades, necessidades e circunstâncias.. Os planos regionais de implementação do SAICM também devem ser desenvolvidos, As fases subseqüentes de implementação devem focar a implementação de planos de ação específicos.
- Os organismos intergovernamentais, instituições financeiras internacionais e atores privados estão convidados a apoiar estas atividades e a considerar o desenvolvimento de seus próprios planos conforme apropriado. As parcerias entre partes interessadas devem ser estabelecidas para apoiar a implementação do SAICM.
- Cada governo deve estabelecer disposições para implementar o SAICM em uma base inter-ministerial ou inter-institucional de modo que todos os interesses nacionais em nível departamental e das partes interessadas estejam representados e todas as áreas substantivas relevantes estejam contempladas. Para facilitar a comunicação, nacional e internacionalmente, cada governo deve designar um ponto focal nacional do Enfoque Estratégico para agir como um canal efetivo para a comunicação sobre os assuntos relacionados com o Enfoque Estratégico, incluindo convites para participação em reuniões e disseminação de informações.
- A ICCM se reunirá periodicamente e efetuará revisões do Enfoque Estratégico. Receberá relatórios de todas as partes interessadas relevantes sobre o progresso na implementação do SAICM e avaliará a implementação, reunindo os avanços feitos em relação à meta do ano de 2020. Tomará decisões estratégicas, programando, priorizando e atualizando o enfoque quando necessário. A ICCM avaliará o desempenho do financiamento do SAICM e trabalhará para assegurar que os recursos financeiros e técnicos necessários estejam disponíveis para a implementação do SAICM. Também promoverá a participação de todas as partes interessadas na implementação do Enfoque Estratégico. As sessões da ICCM serão realizadas em 2009, 2012, 2015 e 2020 a menos que a Conferência adote outra decisão..

- Entre os períodos de sessões da ICCM, a implementação do SAICM utilizará métodos abertos multissetoriais e com multipartes interessadas. As reuniões regionais do SAICM serão realizadas para facilitar o fluxo de informações sobre as atividades do SAICM, preparação para futuras reuniões da ICCM e troca de experiência e informações regionais. Essas reuniões examinarão os avanços da implementação do SAICM nas regiões; proporcionarão orientação regional sobre a implementação do SAICM para todas as partes interessadas; e permitirão os debates técnicos e estratégicos assim como o intercâmbio de informações.
- A implementação do SAICM dependerá de forma significativa das atividades dos organismos intergovernamentais relevantes, particularmente das sete organizações membros e dos organismos observadores que participam do Programa Inter-Organizacional para a Gestão Racional dos Produtos Químicos (IOMC). Os membros do IOMC são: a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO); a Organização Internacional do Trabalho (OIT); a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OECD); o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP); a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO); o Instituto das Nações Unidas para a Formação Profissional e Pesquisa (UNITAR); e a Organização Mundial da Saúde (WHO). As duas organizações observadoras são o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP) e o Banco Mundial.
- A secretaria do SAICM, com sede nos escritórios do PNUMA em Genebra, facilitará as reuniões da ICCM e o trabalho realizado entre as sessões do SAICM, incluindo as reuniões regionais do SAICM. A secretaria funcionará com a máxima participação de multipartes interessadas, e disseminará os relatórios e as recomendações da ICCM. Promoverá o estabelecimento e a manutenção de uma rede de partes interessadas do SAICM em nível nacional, regional e internacional.

Plano Global de Ação do SAICM

O Plano Global de Ação do SAICM (GPA) é um documento de orientação que lista as atividades que as partes interessadas devem considerar na implementação do SAICM. É uma ferramenta de trabalho que estará aberta a futuros desenvolvimentos para contemplar as necessidades atuais e de mudança.

O GPA contém uma matriz que lista 36 áreas de trabalho de relevância para a implementação do SAICM. Em cada área de trabalho, o GPA identifica

atividades específicas propostas, juntamente com uma lista de atores, metas e prazos, indicadores de avanço e aspectos de implementação para cada uma. No total, a matriz do GPA identifica 273 atividades propostas de implementação do SAICM.

A lista completa dos 273 registros do GPA do SAICM não pode ser facilmente resumida. As seguintes atividades apoiadas pelo GPA do SAICM podem ser de interesse de algumas ONGs e organizações da sociedade civil:

- Encorajar a plena implementação do Código Internacional de Conduta da FAO sobre Distribuição e Uso de Pesticidas.
- Basear as decisões nacionais sobre pesticidas altamente tóxicos mediante a avaliação de seus riscos intrínsecos e as exposições locais antecipadas.
- Estabelecer estratégias ecologicamente corretas e integradas para a gestão de pragas e vetores de enfermidades transmissíveis.
- Encorajar a indústria para que retire voluntariamente os pesticidas altamente tóxicos que são perigosos e não podem ser usados com segurança nas condições prevalecentes.
- Identificar áreas e pontos críticos contaminados, e desenvolver e implementar planos de remediação de áreas contaminadas para reduzir os riscos para as pessoas e o meio ambiente.
- Facilitar a identificação e destinação de estoques obsoletos de pesticidas e outras substâncias químicas (especialmente os PCBs).
- Priorizar a avaliação e o estudo das substâncias químicas que apresentam riscos irracionais e incontrolláveis para a saúde humana e o meio ambiente.
- Promover a redução de riscos à saúde humana e ao meio ambiente causados pelo chumbo, mercúrio, e cádmio; considerar todas as opções de ação frente ao mercúrio, incluindo a possibilidade de um instrumento legalmente vinculante, parcerias e outras ações.
- Estabelecer e implementar planos nacionais de ação para a minimização e eliminação dos resíduos.
- Promover o estabelecimento dos programas de Trabalho Seguro da OIT em nível nacional e a ratificação e implementação das convenções 170, 174 e 184 da OIT.³⁰

³⁰ O Programa Trabalho Seguro da OIT contempla a segurança e a saúde no trabalho e no meio ambiente, e pode ser encontrado em francês, inglês e espanhol em:

<http://www.ilo.org/public/english/protection/safework/intro/>

OIT 170 se refere à segurança no uso de substâncias químicas no trabalho, e pode ser encontrada em:

<http://www.ilo.org/public/english/protection/safework/cis/products/safetytm/c170.htm>:

- Estabelecer o direito dos trabalhadores a se negarem a trabalhar em ambientes se não lhes forem proporcionadas informações adequadas e corretas sobre as substâncias químicas perigosas às quais eles estejam expostos em seu ambiente de trabalho e sobre as formas adequadas de se protegerem.
- Promover a educação e o treinamento sobre segurança química infantil.
- Estabelecer os sistemas para a criação dos Registros Nacionais de Emissões e Transferência de Contaminantes (PRTRs).
- Capacitar as ONGs, sociedade civil e comunidades em países em desenvolvimento para facilitar a sua participação ativa e responsável.
- Fortalecer os marcos políticos, legais e regulamentadores e a promoção e fiscalização de seu cumprimento.
- Incluir os representantes da sociedade civil em comitês de governo que formulam, realizam e monitoram os planos de implementação do SAICM.
- Implementar os programas de capacitação sobre minimização de resíduos e aumentar a eficiência dos recursos, incluindo a gestão de recursos para obtenção de lixo zero, a prevenção de produção de resíduos, e redução de uso de substâncias tóxicas, para reduzir o volume e a toxicidade dos materiais descartados.

O SAICM como uma ferramenta para a ação

Durante o processo de redação e preparação do SAICM, as ONGs relacionadas à saúde e meio ambiente de todas as regiões foram convidadas a participar e desempenharam papéis ativos exercendo uma influência real. As ONGs participantes, entretanto, não conseguiram tudo o que queriam. Até o final do processo, um pequeno número de governos interveio para tratar de reverter várias disposições do SAICM que tinham sido previamente acordadas pelos governos e partes interessadas; disposições que não eram do agrado das associações comerciais da indústria química. Negociações extenuantes se seguiram e algumas partes do texto final do SAICM foram modificadas e enfraquecidas. Não obstante, no final, as ONGs de saúde e meio ambiente e os sindicatos participantes do processo preparatório se uniram à decisão consensual de adotar o SAICM.

OIT 174 se refere à Convenção sobre a prevenção de acidentes industriais e pode ser encontrada em:

http://www.ilo.org/public/english/region/asro/beijing/download/speech/ct_28apr06.pdf

OIT 184 se refere a segurança e saúde na agricultura e pode ser encontrada em:

<http://www.ilo.org/public/english/standards/reln/ilc/ilc89/pdf/c184.pdf>

Essas ONGs reconheceram que a adoção do SAICM, a despeito de algumas de suas debilidades, representa um importante êxito e avanço global. Representantes de alto nível da maioria dos governos do mundo se uniram a outros setores da sociedade para dar o reconhecimento formal à segurança química como um importante objetivo mundial em matéria de saúde e meio ambiente. Os governos concordaram que era necessária uma solução global para esse problema; comprometeram-se a trabalhar por uma mudança real até 2020; adotaram políticas e estratégias úteis, concordaram com as orientações para a ação, e finalmente, adotaram disposições de implementação, incluindo uma série de conferências internacionais para revisar os avanços e corrigir o curso se necessário.

5. Como a sociedade civil pode utilizar o SAICM e contribuir com a sua implementação

A adoção do SAICM é um sinal de que a poluição e a exposição química constituem uma parte importante da agenda ambiental mundial, junto com a mudança climática e a perda da biodiversidade. Por muitos anos, os cientistas e pesquisadores têm aprendido sobre a extensão dos graves danos que causam as exposições humanas e da vida silvestre às substâncias químicas tóxicas. Em todas as partes do mundo, a sociedade civil tem respondido a essa crescente informação exigindo ações e pressionando por soluções. A adoção do SAICM realça o prestígio e a credibilidade desses esforços da sociedade civil. Também ajuda a criar as condições para uma maior expansão dos esforços da sociedade civil e para seu crescente fortalecimento.

A sociedade civil já está contribuindo para a implementação do SAICM

Existem ONGs e organizações da sociedade civil em muitos países e em todas as regiões que já estão contribuindo para a implementação do SAICM, muitas sem mesmo saber disso.

- ✓ **Políticas e Práticas relacionadas com as substâncias químicas.** As ONGs estão trabalhando em muitos países buscando reformas em políticas, leis e regulamentos nacionais, estaduais e municipais relacionadas a substâncias químicas. As ONGs estão realizando campanhas para por fim às práticas industriais contaminantes, exigir que

as indústrias poluentes adotem as melhores técnicas disponíveis (BAT) e as melhores práticas ambientais (BEP); estabelecer registros nacionais de emissão e transferência de poluentes (PRTRs); e apoiar programas que promovam a redução do uso de tóxicos e produção mais limpa. Estão fazendo campanhas para chamar a atenção sobre a presença de substâncias químicas tóxicas nos brinquedos infantis, cosméticos e outros produtos de consumo. As ONGs também trabalham para promover a transferência de tecnologias limpas.

- √ **Pesticidas.** A sociedade civil vem realizando esforços generalizados para acabar com o abuso e a dependência de pesticidas na agricultura, promover enfoques ambientalmente corretos para o manejo integrado de pragas e práticas agroecológicas e desenvolver mercados de consumidores de alimentos produzidos de forma ecológica. Nos países em desenvolvimento sem regulamentações adequadas sobre pesticidas ou de fiscalização de seu cumprimento, as ONGs estão fazendo campanhas para alcançar a implementação total do *Código de Conduta para a Distribuição e Uso de Pesticidas* da FAO. Na África, Europa Oriental e outras regiões, a sociedade civil vem identificando e caracterizando estoques obsoletos e abandonados de pesticidas e outros pontos críticos tóxicos; e tem pressionado os governos e as agências internacionais para que empreendam sua limpeza e eliminação adequada. Nos países afetados pela malária, as ONGs estão trabalhando para promover medidas efetivas de controle da malária que não dependam do uso continuado de DDT no controle de vetores.
- √ **Tratados Internacionais.** ONGs de muitos países desempenham papéis críticos na promoção da negociação, adoção e ratificação das Convenções da Basileia, Roterdã e Estocolmo; e atualmente, ONGs de muitos países estão fazendo campanhas para um novo tratado mundial para controlar os graves problemas causados pela exposição a metais pesados, tais como mercúrio, chumbo e cádmio. A Convenção de Estocolmo atualmente contempla controles e busca eliminar uma lista de 12 poluentes orgânicos persistentes (POPs) que são reconhecidos como perigos ambientais há muitas décadas. Nos últimos anos, cientistas vêm identificando muitos POPs adicionais que são tão perigosos quanto aqueles atualmente controlados pela Convenção de Estocolmo. Entre esses novos POPs se incluem os retardantes de chama bromados, algumas substâncias químicas fluoradas, os pesticidas lindano e endosulfan, e outros. As ONGs estão realizando campanhas em nível mundial para assegurar que essas e outras substâncias químicas poluentes que causam igual

preocupação, sejam incorporadas na lista dos POPs da Convenção de Estocolmo para serem banidas ou restringidas.

- √ **Biomonitoramento.** Em muitos países, as ONGs estão envolvidas em vários projetos para identificar as substâncias químicas tóxicas em amostras de sangue e tornar público seus resultados. Fazem isso com a finalidade de dar maior visibilidade ao fato de que todos os seres humanos carregam atualmente um número maior de diferentes substâncias químicas sintéticas tóxicas em seus tecidos corporais. Esses esforços concentram a atenção em poluentes tóxicos de preocupação especial, tais como: substâncias persistentes, bioacumulativas e tóxicas (PBTs); substâncias muito persistentes e muito bioacumulativas; e substâncias químicas que sejam carcinogênicas ou mutagênicas, ou que possam afetar adversamente os sistemas reprodutivos, endócrinos, imunológicos ou nervosos.
- √ **Saúde Infantil.** Os temas de saúde ambiental infantil têm se tornado cada vez mais importantes para muitos pais, profissionais de saúde e outros. A razão disto é que os investigadores têm descoberto que fetos não nascidos, bebês e crianças são todos especialmente suscetíveis aos danos à saúde causados por poluentes tóxicos. As mulheres grávidas que são expostas passam os poluentes químicos de seus próprios organismos para os de seus fetos; e continuam a passar poluentes contidos em seu leite materno para seus filhos durante a amamentação.³¹ A exposição pré-natal e infantil a substâncias químicas está associada a doenças e incapacidades tanto na infância como mais tarde na vida adulta. Em alguns casos, as mulheres podem reduzir sua própria exposição e a de seus filhos fazendo mudanças na dieta, mas a proteção alcançada pode ser limitada, para dizer o melhor. Como resultado disso tudo, muitas pessoas têm se unido a campanhas orientadas para acabar com as práticas poluidoras que causam o problema, em primeiro lugar.
- √ **Disposição de Resíduos.** A disposição inadequada de resíduos é outra principal fonte de poluição tóxica. Isto tem levado grupos comunitários de muitos países a se oporem aos depósitos de lixo e incineradores; a desencorajarem a prática de queima a céu aberto; e a promoverem a minimização da produção de resíduo, incluindo numerosas campanhas efetivas de *lixo zero*. As ONGs também realizam campanhas mundiais para expor e deter os embarques comerciais de resíduos eletrônicos e outros resíduos provenientes de países altamente industrializados para

³¹ Os médicos recomendam que as mulheres, não obstante, continuem a amamentar, já que o leite materno tem propriedades benéficas.

países em desenvolvimento, e para fechar os vazios legais da Convenção da Basileia que têm permitido aos comerciantes de resíduos a justificarem essas práticas poluentes com a explicação de que são formas legítimas de reciclagem.

- √ **Saúde Ocupacional.** Os sindicatos e outros grupos que defendem os interesses dos trabalhadores, agricultores, camponeses, comunidades de pescadores e outros setores, têm defendido a promulgação de leis e regulamentações nacionais, e de convenções e programas internacionais para protegê-los contra a exposição às substâncias químicas e perigos químicos no local de trabalho. E, uma vez adotados, têm trabalhado para garantir que estas regulamentações, leis, convenções e programas sejam respeitados e seu cumprimento garantido.

Foram mencionados acima apenas alguns exemplos dos movimentos e campanhas da sociedade civil em apoio aos objetivos de segurança química que estão se desenvolvendo em todo o mundo. Cada um desses exemplos é uma contribuição para a implementação do SAICM. No contexto do SAICM, eles fazem parte de um todo único, coerente e global; contribuem para alcançar um mundo futuro no qual a exposição química já não seja mais uma fonte significativa de danos para a saúde humana e os ecossistemas. Com a adoção do SAICM, e com o crescente reconhecimento da segurança química como um problema mundial urgente, estão criadas as condições que podem ajudar a difundir e intensificar estes e outros esforços das ONGs e da sociedade civil para que seja possível alcançar os objetivos da segurança química.

O SAICM ajuda a fortalecer os esforços das ONGs

Na Declaração de Dubai em relação ao SAICM, os governos reconheceram que as ONGs de saúde pública e meio ambiente, os sindicatos e outras organizações da sociedade civil têm dado importantes contribuições para a promoção da segurança química, e declararam sua intenção de comprometerem-se ativamente em parcerias com a sociedade civil para a implementação do SAICM. Isto ajuda os movimentos e campanhas da sociedade civil que apóiam os objetivos de segurança química a serem vistos de forma menos controversa e mais convencional, ao contrário de como eram freqüentemente percebidos antes. Isto também torna mais difícil para os poluidores negarem que existe um problema real. E em países onde o ativismo da sociedade civil é às vezes perigoso, permite que as ONGs identifiquem seu trabalho como estando alinhado com a política declarada

de seu governo para a implementação do Enfoque Estratégico e trabalhem pelo cumprimento do objetivo do SAICM até o ano 2020.

Legislação e regulamentações nacionais

Embora o ativismo da sociedade civil possa contribuir para o alcance dos objetivos do SAICM, no final, a responsabilidade de proteger a saúde humana e os ecossistemas dos danos causados pelas substâncias químicas tóxicas recai sobre os governos. Isto exige o estabelecimento de um regime de regulamentação nacional que se baseie em políticas, leis e regulamentações nacionais ou internacionais efetivas. Isto também exige a criação de infra-estruturas regulamentadoras nacionais adequadas com suficientes laboratórios, pessoal treinado e autoridade para fiscalizar e fazer cumprir de maneira efetiva as leis e regulamentos sobre gestão de substâncias químicas.

Atualmente, poucos países do mundo têm estabelecido regimes regulamentadores nacionais adequados e suficientes para permitir o alcance do objetivo do SAICM para 2020. Portanto, um objetivo importante para as ONGs e a sociedade civil que deseja contribuir com a implementação do SAICM é o trabalho pela reforma dos regimes regulamentadores nacionais de substâncias químicas.

A legislação REACH da União Européia

A reforma regulamentadora já está bem encaminhada nos países da União Européia (UE), Noruega e Suíça. Ali (como descrito anteriormente), a sociedade civil realiza campanhas bem sucedidas e assegurou a adoção de uma nova legislação de controle de novas substâncias químicas, chamada *REACH*, que já entrou em vigor. O preâmbulo da legislação REACH declara que a UE pretende alcançar o objetivo de 2020 e sugere que a legislação REACH seja adotada como uma contribuição para esse esforço.

Segundo o REACH, os produtores e importadores de substâncias químicas que desejam comercializar uma substância química para seu uso na UE deverão, em muitos casos,³² primeiro gerarem e apresentarem um conjunto de dados sobre as propriedades da substância química, incluindo suas características de periculosidade. Eles também deverão colocar à disposição

³² As exigências de registro do REACH se aplicarão a todas as substâncias produzidas ou importadas em volumes maiores do que uma tonelada por ano por produtor ou importador. Por outro lado, só será exigido um pacote limitado de informações sobre as propriedades das substâncias produzidas ou importadas em quantidades entre uma a dez toneladas..

informações sobre o uso da substância química, e fornecer informações aos usuários sobre os meios seguros de manuseá-los. Para aquelas substâncias químicas que exibem certas características perigosas, também será exigido uma autorização de uso específico. Essa autorização só será outorgada se as empresas puderem mostrar que os riscos são adequadamente controlados, ou se os benefícios sociais e econômicos se sobrepõem aos riscos, quando não houver substâncias ou tecnologias alternativas disponíveis.*

Os princípios centrais em que o REACH se baseia

O REACH é um pacote legislativo complexo e muito específico desenhado para aplicação nos países da UE. Ele fornece um bom modelo para países altamente industrializados, mas pressupõe um nível de riqueza e infraestrutura técnica com que os países menos industrializados ou menos ricos geralmente não contam. Não obstante, os princípios centrais nos quais o REACH se baseia devem ser aplicáveis, de maneira geral, nos países em qualquer nível de desenvolvimento.

- Antes do REACH havia pouca – ou nenhuma – informação disponível sobre os impactos potenciais à saúde para a maioria das substâncias químicas industriais em uso. Com o REACH, os fabricantes ou importadores de substâncias químicas que desejam continuar a vender uma substância química no mercado europeu em volumes acima de uma tonelada por ano devem produzir um conjunto exaustivo de dados e informações sobre as substâncias químicas para os regulamentadores e usuários. Isto estabelece um novo princípio chamado: *Sem dados não há comercialização*.
- Segundo o REACH, os dados relevantes sobre os impactos das substâncias químicas à saúde e ao meio ambiente serão disponíveis não apenas para os governos, mas também para o público. Com isto se cumpre um importante princípio do SAICM que a sociedade civil sempre considerou muito importante: *O direito de Saber*.
- O REACH também demanda a substituição progressiva das substâncias químicas mais perigosas quando forem identificadas alternativas apropriadas. Esta disposição cria incentivos econômicos para empresas

* A implementação completa do REACH levará algum tempo, de modo que ainda não é possível emitir um julgamento definitivo sobre esta nova lei e seu regime de cumprimento. Ademais as reformas do REACH não se estendem ao controle de pesticidas ou de metais pesados; ao controle da poluição industrial; ou para assegurar as práticas apropriadas de gestão de resíduos. Não obstante, a maioria das ONGs de saúde e meio ambiente e as organizações da sociedade civil com experiência nos temas do gerenciamento de substâncias químicas consideram que a legislação do REACH é um avanço muito importante e positivo, um avanço do qual os outros países aprender e igualar.

que forem capazes de colocar alternativas mais seguras no mercado; e levará a eventuais proibições e eliminações graduais das substâncias químicas perigosas quando existirem alternativas mais seguras. Este enfoque se denomina: *O Princípio da Substituição*.

- O REACH exige que os fabricantes, importadores e usuários intermediários assegurem que as substâncias químicas que fabricam, colocam no mercado ou utilizam não afetam adversamente a saúde humana ou o meio ambiente. Essas disposições são respaldadas pelo *Princípio da Precaução*.

Esses quatro princípios: 1) **Sem dados não há comercialização**; 2) o **Direito de Saber**; 3) o **Princípio da Substituição**; e 4) o **Princípio da Precaução**; oferecem um ponto de partida muito útil para as ONGs que trabalham em qualquer país para reformar a legislação e as regulamentações nacionais sobre a gestão de substâncias químicas.

Os dados e informações sobre substâncias químicas gerados pelo REACH estarão disponíveis para regulamentadores de todos os países. Ao incorporar o princípio da substituição à legislação nacional, um país poderá restringir o uso de uma substância química perigosa ou impedir sua importação ou fabricação quando existirem alternativas disponíveis mais seguras; e poderá progressivamente remover do mercado nacional substâncias químicas que sejam especialmente difíceis para os usuários de manipular de forma segura. Esta abordagem reduz a carga de trabalho dos regulamentadores nacionais. Coloca sobre o fabricante ou importador de substâncias químicas a principal responsabilidade pela informação ao usuário final sobre como uma substância química deve ser usada de modo seguro. E pela incorporação do Princípio da Precaução à legislação, permite que os regulamentadores tomem as medidas preventivas e de precaução quando elas se justificam, mesmo em face de reclamações contraditórias.

O exemplo do REACH pode ser útil para as ONGs que defendem reformas em políticas, leis e regulamentos sobre substâncias químicas, contribuindo para que seu país avance para atingir o objetivo do SAICM para 2020. Outros princípios internacionalmente reconhecidos também são úteis tais como o *Princípio de Quem Polui Paga*, e o direito à compensação para as vítimas de contaminação.

6. A assistência técnica e financeira para implementar o SAICM

As ONGs, especialmente aquelas que trabalham em países em desenvolvimento e países com economias em transição, entendem que a reforma das políticas, leis e regulamentos relacionados com as substâncias químicas não alcançará, por si só, os objetivos do SAICM. As leis e regulamentos têm, no melhor dos casos, um impacto limitado na ausência das infra-estruturas necessárias para a gestão das substâncias químicas, incluindo mecanismos adequados para fiscalização e monitoramento. Além disso, para alcançar a segurança química é necessário que haja mais investimentos em tecnologias mais limpas, produtos e práticas mais seguras, e a remediação de áreas contaminadas. Muitos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, carecem da capacidade de gerar internamente os recursos para estabelecer e manter infra-estruturas e fazer os investimentos necessários em tecnologia e conhecimento técnico especializado.

Esses países precisarão de assistência externa técnica e financeira para poderem ter alguma esperança de implementar o SAICM de forma adequada. Portanto, as ONGs comprometidas com a segurança química devem trabalhar para expandir o conjunto dos recursos financeiros e técnicos disponíveis para aqueles países em desenvolvimento que os necessitam a fim de avançar no cumprimento dos objetivos do SAICM.

Segurança Química e Desenvolvimento Sustentável

Até agora as fontes de assistência técnica e financeira que dão respaldo aos objetivos de segurança química têm sido muito limitadas e de difícil acesso. As agências internacionais de ajuda ao desenvolvimento e os governos tendem a ver a segurança química como um luxo que os países pobres não podem custear. A adoção do Enfoque Estratégico, embora não solucione este problema, oferece uma base para a sua solução. A primeira frase substantiva da Declaração de Dubai em relação ao SAICM afirma:

“A gestão racional de substâncias químicas é essencial se quisermos avançar em direção a um desenvolvimento sustentável que inclua a erradicação da pobreza e da doença, a melhoria da saúde humana e do meio ambiente, e a elevação e manutenção do padrão de vida em todos os países e em todos os níveis de desenvolvimento.”

Ao adotar o SAICM, os governos concordaram que o avanço da segurança química deve ser visto como um componente necessário da agenda de desenvolvimento sustentável. As enfermidades e desordens de comportamento causadas pelas exposições a substâncias químicas não apenas causam sofrimento humano, mas também retardam a produtividade econômica e impõem custosas cargas adicionais sobre os sistemas de educação e atenção à saúde de um país. As deficiências na capacidade de um país para gerenciar as substâncias químicas podem se transformar em uma barreira que bloqueia o desenvolvimento econômico e as iniciativas de redução da pobreza.

A Estratégia de Política Global do SAICM demanda a integração dos objetivos do Enfoque Estratégico à cooperação multilateral e bilateral para o desenvolvimento. Pede aos países em desenvolvimento que integrem os objetivos do SAICM aos documentos nacionais que influenciam a ajuda ao desenvolvimento, e convoca os doadores a reconhecerem os objetivos do SAICM como um elemento importante de cooperação das agências para o desenvolvimento. Se implementado, pode aumentar de maneira dramática o conjunto de recursos potencialmente disponíveis aos países em desenvolvimento que desejam aperfeiçoar seus regimes regulamentadores de gerenciamento de substâncias químicas; e para os que desejam fazer a transição para indústrias e tecnologias mais limpas.

Dois meses depois de o Enfoque Estratégico ter sido adotado, foi realizada em Paris uma reunião dos Ministros de Desenvolvimento e dos Ministros de Meio Ambiente de países altamente industrializados. Nesta reunião foi adotada uma nova política chamada *Marco para Ações Comuns em torno de Objetivos Compartilhados*.³³ Na reuniões anteriores os Ministros de Desenvolvimento concordaram que os temas da mudança climática, da desertificação e da perda de biodiversidade mereciam o apoio das agências para o desenvolvimento. Em abril de 2006, pela primeira vez, eles concordaram que o *gerenciamento de substâncias químicas* também seria um objetivo ambiental global, que deveria ser mais bem integrado às políticas e planos de desenvolvimento nacional e local.

³³ A declaração política adotada pela reunião conjunta interministerial do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento e do Comitê de Política Ambiental da OECD pode ser examinada em: <http://www.oecd.org/dataoecd/44/27/36427017.pdf>

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP) também respondeu ao SAICM. O UNDP agora conecta a implementação do SAICM às Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDG) e criou a *Ferramenta para Incorporar a Gestão Racional de Substâncias Químicas às Políticas e Planos baseados nas MDG*.³⁴

Esforços das ONGs

As ONGs podem trabalhar em favor de um maior reconhecimento de que a segurança química é essencial para alcançar as metas de desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza. Nos países em desenvolvimento elas podem trabalhar para encorajar os governos a incorporarem os objetivos do gerenciamento de substâncias químicas nos programas de ajuda que solicitarem. Como uma comunidade mundial, as ONGs podem monitorar a forma como as agências respondem a esses pedidos.

As ONGs podem adicionalmente promover o estabelecimento de um mecanismo financeiro para o SAICM que vá mais além do Programa de Início Rápido do SAICM. O Início Rápido é um programa modesto, temporário, que nunca foi desenhado para proporcionar os recursos que se necessitam para alcançar a implementação adequada do SAICM em muitos países em desenvolvimento. Um mecanismo financeiro bem estabelecido para o SAICM tem sido uma demanda dos países em desenvolvimento desde que se iniciaram os preparativos do SAICM, e esta demanda tem recebido séria consideração de vários governos doadores.

O volume inicial de um mecanismo desse tipo deveria ser na ordem de \$50-100 milhões de dólares por ano em fundos novos e adicionais. Os fundos deveriam ir, conforme as prioridades, aos países menos desenvolvidos, aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, e aos países menos industrializados. Os países receptores deveriam ser aqueles que não têm capacidade de gerar internamente os recursos necessários: para estabelecer regulamentação efetiva de gerenciamento de substâncias químicas, infra-estruturas de monitoramento e fiscalização, para a limpeza dos pontos críticos de contaminação química, e para começar a transição para produtos e processos mais limpos. Um enfoque seria trabalhar pela adoção de uma nova Área Focal do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (FMAM/GEF) dirigida à Gestão Racional das Substâncias Químicas. Entretanto, se uns

³⁴ Veja <http://www.undp.org/chemicals/Documents/UNDP%20toolkit%20-%20Mainstreaming%20the%20Sound%20Management%20of%20Chem%5B1%5D..pdf>

poucos países doadores continuarem a vetar essa abordagem, outros mecanismos devem ser buscados.

A adoção do SAICM cria novas possibilidades para a mobilização de fundos de assistência ao desenvolvimento que apoiem os objetivos da gestão racional das substâncias químicas, e também abre um debate internacional sobre a possibilidade de estabelecer um mecanismo financeiro internacional para esse propósito, como poderia ser uma nova área focal do FMAM (GEF) ou seu equivalente. Infelizmente, essas novas possibilidades ainda não se materializaram em uma escala que seja suficiente para possibilitar um esforço digno de crédito para implementar o SAICM em nível mundial e alcançar seus objetivos. Portanto, as ONGs de todas as regiões precisarão continuar a conscientizar sobre essa deficiência do SAICM, e trabalhar para conseguir que haja disponibilidade de fundos novos e adicionais para a implementação do SAICM.

7. Conclusão

A adoção do SAICM proporciona uma oportunidade para ajudar a construir e fortalecer um movimento mundial da sociedade civil destinado a prevenir maiores danos à saúde humana e aos ecossistemas causados pela exposição a substâncias químicas e outras substâncias tóxicas.

Quando a legislação do REACH foi primeiramente debatida pelo Parlamento Europeu, Inger Schörling, Membro do Parlamento e uma das arquitetas do REACH original, produziu um guia para a legislação intitulado: *REACH – O Único Guia do Planeta para Conhecer os Segredos das Políticas sobre Substâncias Químicas na União Européia. O que aconteceu e por quê?*³⁵ Este guia ajudou a mobilizar a sociedade civil através da Europa e a pressionar com êxito pela adoção do REACH. Nele, Schörling expressou seus sentimentos sobre os motivos pelos quais a reforma das políticas de substâncias químicas é tão importante:

“A terra é o único planeta conhecido que é apropriado para ser habitado por seres humanos. Compartilhamos esse lugar com outras criaturas vivas e este deveria ser o lar de incontáveis gerações que virão. Todos nós, e aqueles que não

³⁵ Veja: <http://assets.panda.org/downloads/theonlyplanetguide.pdf>

nasceram ainda, dependemos do ecossistema global para sobreviver. É um sistema fechado, e se corremos o risco de alterá-lo ou destruí-lo, estamos ameaçando a nós mesmos.”

Quando a Conferência Intergovernamental de Dubai adotou o Enfoque Estratégico, o ambiente estava favorável a um movimento mundial para reformar as políticas e as práticas relacionadas com as substâncias químicas em cada país. A chave do sucesso será a capacidade da sociedade civil global de aproveitar essa oportunidade e esse desafio e produzir uma mudança real.

8. Epílogo: a campanha de alcance público sobre o SAICM da sociedade civil mundial

Em janeiro de 2008, representantes de seis redes internacionais de ONGs³⁶ realizaram em Toronto uma Reunião de Planejamento e concordaram em lançar de maneira conjunta uma *Campanha Global de Alcance Público sobre o SAICM* para informar as ONGs e as organizações da sociedade civil (OSCs) em todas as regiões sobre o SAICM, e encorajá-las a participarem de seu próprio modo da implementação do SAICM em seu país. Na reunião também foi redigido o texto de uma Declaração Comum Global das ONGs e OSCs sobre o SAICM.

As ONGs e as OSCs em todos os países são então solicitadas a examinarem a Declaração Comum e a subscreverem. Uma meta da Campanha de Alcance Público do SAICM é assegurar assinaturas da Declaração de no mínimo 1.000 ONGs e OSCs em pelo menos 80 países. Esta cartilha foi produzida como parte da campanha.

Mais informações sobre a Campanha Global de Alcance Público do SAICM podem ser encontradas em www.ipen.org/campaign. A Declaração Global e o formulário de adesão das ONGs podem ser baixados em oito idiomas: árabe, chinês, inglês, francês, alemão, russo, português e espanhol.

Veja a seguir o texto da Declaração Comum:

³⁶ Essas redes são: Saúde Sem Dano (HCWH); Rede Internacional de Eliminação dos POPs (IPEN); Sociedade Internacional de Médicos para o Meio Ambiente (ISDE); Mulheres da Europa por um Futuro Comum (WECF); e a Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA).

Declaração Comum Global de ONGs e Organizações da Sociedade Civil sobre o Enfoque Estratégico Internacional para o Gerenciamento de Substâncias Químicas (SAICM)ⁱ

Reconhecendo que “são necessárias mudanças fundamentais no modo como as sociedades gerenciam as substâncias químicas”ⁱⁱ os Ministérios de Meio Ambiente e outros delegados de cerca de 100 governos juntamente com representantes da sociedade civil e do setor privado declararam em Dubai em 6 de fevereiro de 2006, que “o ambiente mundial continua a sofrer com a contaminação do ar, da água e do solo, prejudicando a saúde e o bem estar de milhões de pessoas”.ⁱⁱⁱ Nessa reunião eles adotaram o *Enfoque Estratégico para o Gerenciamento Internacional* (SAICM), um plano mundial de ação cuja meta global é alcançar o gerenciamento correto de substâncias químicas durante seu ciclo de vida, de modo que por volta de 2020 as substâncias químicas sejam usadas e produzidas de uma maneira que leve à minimização de efeitos adversos significativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.”^{iv}

O SAICM compreende tanto as substâncias químicas agrícolas como as substâncias industriais; cobre todos os estágios do ciclo de vida química da fabricação, uso e destinação; e inclui substâncias em produtos e resíduos.

Nós, _____ (*Nome da organização*) _____, uma organização da sociedade civil, nos unimos a este esforço global para trabalhar por um futuro no qual a exposição às substâncias tóxicas não seja mais uma fonte de prejuízo à saúde.

Concordamos com o SAICM sobre:

- A necessidade de agir para “prevenir o efeito adverso das substâncias químicas sobre a saúde das crianças, populações férteis, os idosos, os pobres, e outros grupos vulneráveis e ambientes suscetíveis;”^v
- A necessidade de “aplicar o enfoque da precaução” e “dar prioridade à aplicação de medidas preventivas tais como a prevenção da contaminação;”^{vi}
- A necessidade de orientar a “falta de capacidade de gerenciar substâncias químicas em países em desenvolvimento e países com economia em transição, dependência de pesticidas na agricultura, exposição de trabalhadores a substâncias químicas perigosas e questões acerca dos efeitos de longo prazo dos químicos tanto nos seres humanos como no meio ambiente;”^{vii}
- O compromisso de “promover e apoiar o desenvolvimento e a implementação, e conseqüente inovação em alternativas ambientalmente seguras e adequadas, inclusive produção mais limpa, substituição informada de substâncias químicas de particular preocupação e substituição por substâncias não químicas;”^{viii}
- A necessidade de promover “a transferência adequada de tecnologias mais limpas e mais seguras”^{ix} e de tornar disponíveis “fontes novas e existentes de apoio financeiro;”^x
- A necessidade de promover “capacitação, educação e treinamento e trocar informação sobre o gerenciamento adequado de substâncias químicas para todos os grupos interessados;”^{xi}
- Que o gerenciamento adequado de substâncias químicas é essencial para alcançarmos o desenvolvimento sustentável, que inclui a erradicação da pobreza e da doença, a melhora da saúde humana e do meio ambiente e o aumento e manutenção do padrão de vida dos países em todos os níveis de desenvolvimento;”^{xii}
- O compromisso de “promover e apoiar a significativa e ativa participação de todos os setores da sociedade civil, particularmente mulheres, trabalhadores e comunidades

- indígenas, nos processos reguladores e outros processos de tomada de decisões que se relacionem com a segurança química;^{xiii}
- O compromisso de facilitar o acesso à “informação e aos conhecimentos sobre os produtos químicos durante todo o seu ciclo de vida, inclusive os riscos que trazem para a saúde humana e o meio ambiente;”^{xiv}

Comprometemo-nos e chamamos todos os interessados, inclusive os governos, as organizações não governamentais, o setor privado, as organizações intergovernamentais, e outros, para trabalharmos juntos pela implementação das políticas do SAICM e pela reforma da avaliação nacional de substâncias químicas e das leis, políticas e práticas de seu gerenciamento, para alcançarmos a meta de 2020 em todos os países.

A Declaração Comum Global de Organizações Não Governamentais / Organizações da Sociedade Civil sobre o SAICM foi redigida por representantes de seis redes de ONGs na Reunião de Planejamento realizada em Toronto, Canadá, de 23 a 25 de janeiro de 2008, para lançar uma Campanha Global de Alcance Público do SAICM. As Redes eram as seguintes: Saúde Sem Dano (HCWH); Rede Internacional para Eliminação dos POPs (IPEN); Sociedade Internacional de Médicos para o Meio Ambiente, (ISDE); Rede Internacional de Ação contra os Agrotóxicos (PAN); Mulheres da Europa por um Futuro Comum (WECF); e a Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA). Na reunião decidiu-se que esta declaração deveria ser apresentada para consideração e adoção por todas as ONGs e Organizações da Sociedade Civil (OSCs) de todas as regiões do mundo como parte de uma campanha global para assegurar que mais de mil ONGs assinem este documento em pelo menos 80 países cobrindo todas as regiões do mundo.

ⁱ O Enfoque Estratégico para o Gerenciamento de Produtos Químicos em nível internacional (SAICM) contém três textos centrais: *A Declaração de Dubai*, que expressa o compromisso com o SAICM pelos Ministros, pelos chefes das delegações e pelos representantes da sociedade civil e do setor privado; *A Estratégia de Política Global*, que estabelece o alcance do SAICM, as necessidades e os objetivos que procura atender; *O Plano de Ação Global*, que estabelece as áreas de trabalho propostas e as atividades para a implementação do Enfoque Estratégico. Esses textos podem ser encontrados nos idiomas da ONU, na seguinte página:

<http://www.chem.unep.ch/saicm/SAICM%20texts/SAICM%20documents.htm>

ⁱⁱ SAICM *Declaração de Dubai*, parágrafo 7

ⁱⁱⁱ SAICM *Declaração de Dubai*, parágrafo 5

^{iv} SAICM *Estratégia de Política Global*, parágrafo 13

^v SAICM *Estratégia de Política Global*, parágrafo 7 (c)

^{vi} SAICM *Estratégia de Política Global*, parágrafo 14 (f)

^{vii} SAICM *Declaração de Dubai*, parágrafo 6

^{viii} SAICM *Estratégia de Política Global*, parágrafo 14 (j)

^{ix} SAICM *Estratégia de Política Global*, parágrafo 10 (b)

^x SAICM *Estratégia de Política Global*, parágrafo 19

^{xi} SAICM *Plano de Ação Global*, Resumo Executivo, parágrafo 8 (i)

^{xii} SAICM *Declaração de Dubai*, parágrafo 1

^{xiii} SAICM *Estratégia de Política Global*, parágrafo 16 (g)

^{xiv} SAICM *Declaração de Dubai*, parágrafo 21

Apoio à Declaração Comum Global

Nome da Organização	
País e endereço da sede	
Contato (nome completo e e-mail)	
Página Web (se tiver)	
<p><u>Área geográfica de trabalho da organização</u></p> <p><input type="checkbox"/> Localidade, estado, província ou região do país</p> <p><input type="checkbox"/> Nacional</p> <p><input type="checkbox"/> Regional (tem sede em 2 países ou mais)</p> <p><input type="checkbox"/> Internacional</p> <p>Nome da área geográfica: _____</p> <hr/> <p><u>Tipo de organização</u> (marque um campo)</p> <p><input type="checkbox"/> Organização ambiental</p> <p><input type="checkbox"/> Organização de defesa da saúde</p> <p><input type="checkbox"/> Organização de desenvolvimento</p> <p><input type="checkbox"/> Organização profissional</p> <p><input type="checkbox"/> Organização comunitária</p> <p><input type="checkbox"/> Sindicato</p> <p><input type="checkbox"/> Organização de consumidores</p> <p><input type="checkbox"/> Outro</p> <p>_____</p>	<p><u>Possíveis áreas de interesse sobre o tema da segurança química</u> (marque todos que se aplicarem)</p> <p><input type="checkbox"/> Promover o aperfeiçoamento da legislação ambiental nacional, regulamentos e/ou aplicação para alcançar a meta de 2020 do SAICM;</p> <p><input type="checkbox"/> Proteger os agricultores, camponeses, trabalhadores e/ou comunidades dos danos causados pela exposição a substâncias químicas agrícolas tóxicas.</p> <p><input type="checkbox"/> Proteger as crianças, o público em geral e o meio ambiente contra os danos causados pela exposição a metais tóxicos tais como o chumbo, o mercúrio e o cádmio;</p> <p><input type="checkbox"/> Proteger a saúde humana e/ou ecossistemas dos danos causados pela exposição aos poluentes orgânicos persistentes e outras substâncias tóxicas preocupantes;</p> <p><input type="checkbox"/> Proteger os trabalhadores das exposições de substâncias tóxicas em seu ambiente de trabalho;</p> <p><input type="checkbox"/> Monitorar a presença de substâncias químicas tóxicas nos produtos para consumidores; nos seres humanos; e/ou no meio ambiente;</p> <p><input type="checkbox"/> Promover a minimização dos resíduos e do gerenciamento racional dos resíduos, tais como as estratégias de lixo zero, com o objetivo de proteger o público dos danos causados pelas instalações que contaminam e das práticas de queimas a céu aberto, depósitos de resíduos, aterros sanitários inadequados (lixões) e incineradores que poluem.</p>

Envie este formulário para ipen@ipen.org



International POPs Elimination Network



ISDE - International Society of Doctors for the Environment



WECF | Women in Europe for a Common Future

